

DATA DA REUNIÃO: TREZE DE JULHO DE DOIS MIL E DEZASSETE.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO.---

PRESENÇAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.----

VEREADOR TIAGO JOÃO MACHADO ARAÚJO – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR JOSÉ MANUEL COELHO PINHEIRO MACHADO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DOUTORA MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.----

HORA DE INÍCIO DA REUNIÃO: QUINZE HORAS E VINTE MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: QUINZE HORAS E CINQUENTA E CINCO MINUTOS.-----



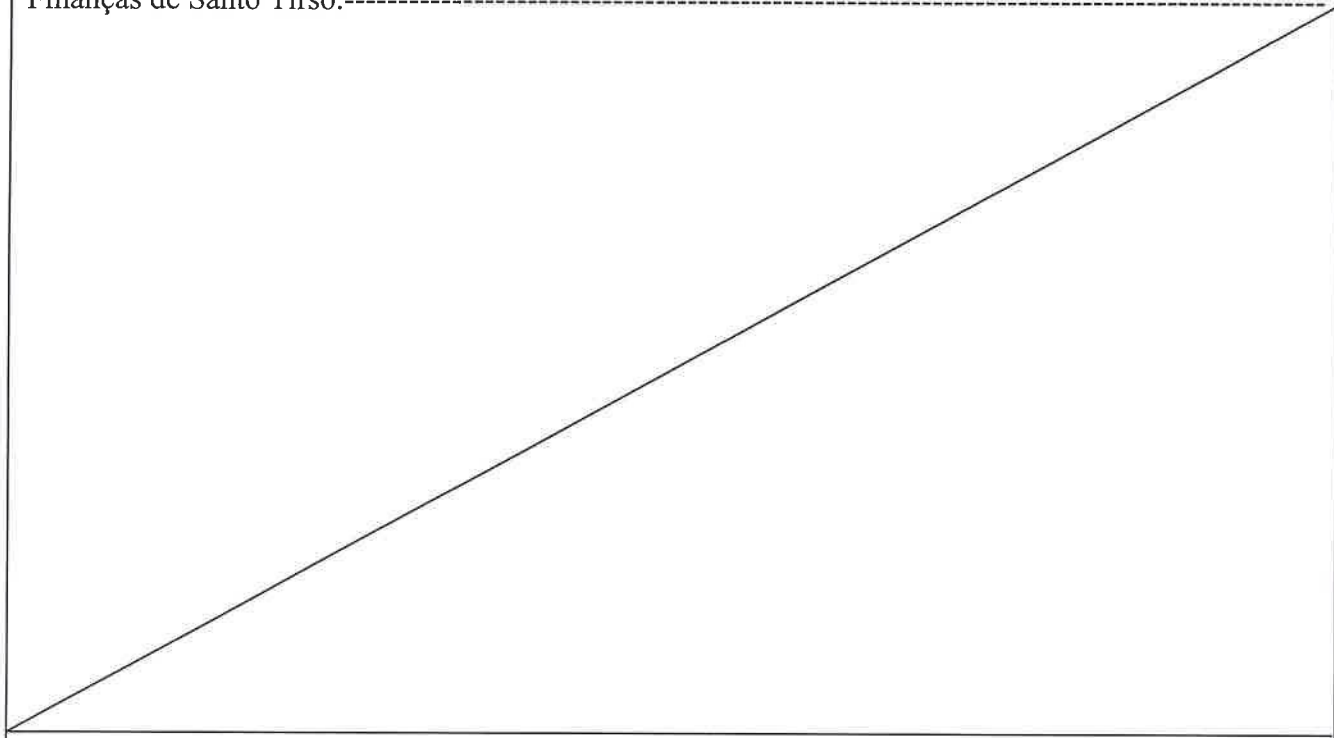
SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Em cumprimento das disposições conjugadas dos números 4 e 12 do artigo 49º da Lei 42/2016, de 28 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para dois mil e dezassete, o senhor presidente comunicou à câmara municipal os contratos de prestação de serviços celebrados / adjudicados no decurso do mês de junho findo, conforme listagem que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, como anexo I, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião.-----

b) Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração, relativa ao despacho do Secretário de Estado do Orçamento, que autoriza a assunção de encargos financeiros para a instalação do Tribunal do Comércio no antigo edifício das Finanças de Santo Tirso.-----



DECLARAÇÃO POLÍTICA

(Sec. Estado autoriza despesa para remodelação do antigo edifício das Finanças)

O executivo municipal congratula-se com o despacho do secretário de Estado do Orçamento a autorizar a assunção de encargos financeiros para a instalação do Tribunal do Comércio no antigo edifício das Finanças de Santo Tirso.

A autorização da despesa, na ordem dos 900 mil euros, vai permitir adaptar as antigas instalações das Finanças para acolher o Tribunal do Comércio, instância central que o concelho de Santo Tirso ganhou no âmbito da reforma do mapa judiciário.

Depois da assinatura do protocolo com o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, em setembro de 2016, a decisão do secretário de Estado do Orçamento era o passo que faltava para a abertura do concurso com vista à remodelação de um espaço com cerca de 700 metros quadrados, cujo projeto foi desenvolvido pelo Município de Santo Tirso.

Estão finalmente criadas as condições para se avançar com as obras de reformulação do antigo edifício das Finanças e instalar, a partir do próximo ano, o Tribunal do Comércio, em condições dignas para os funcionários judiciais, magistrados e para as populações dos concelhos abrangidos por esta instância central, nomeadamente Santo Tirso, Gondomar, Valongo, Maia, Matosinhos, Vila do Conde, Póvoa de Varzim e Trofa.

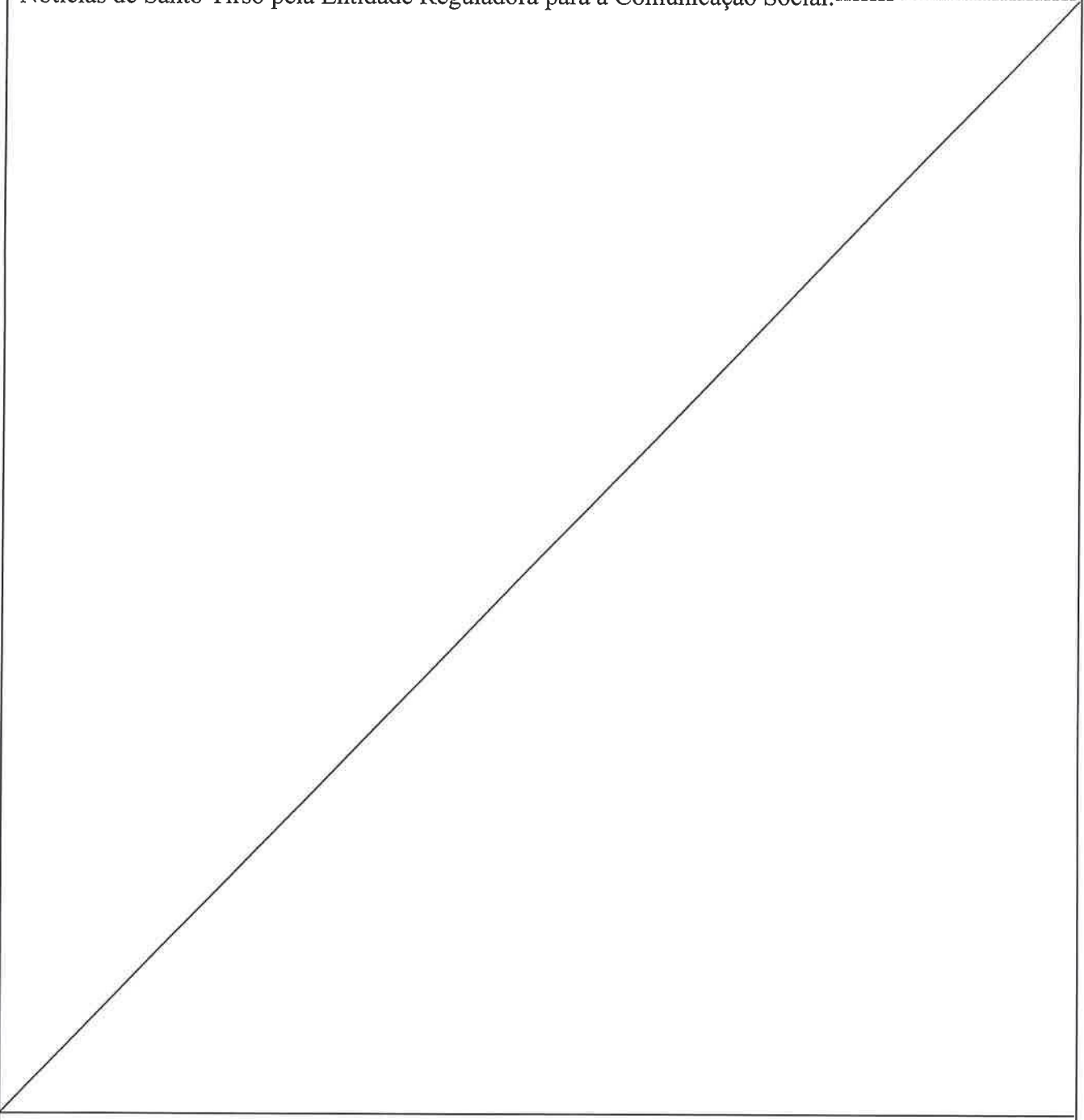
Fruto do diálogo estabelecido com o Governo, designadamente com o Ministério da Justiça, também o Tribunal Cível localizado na Rua Dr.º José Cardoso de Miranda

vai passar a ter condições de trabalho mais dignas, quando abandonar o atual local e se instalar no Palácio da Justiça.

Os eleitos pelo Partido Socialista

Santo Tirso, 13 de junho de 2017

c) Também pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração política relativa à instauração de processo de contraordenação ao jornal Notícias de Santo Tirso pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social.-----



DECLARAÇÃO POLÍTICA

(Entidade Reguladora para a Comunicação Social instaura contraordenação
ao jornal Notícias de Santo Tirso)



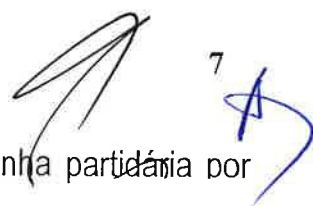
A Entidade Reguladora para a Comunicação Social decidiu instaurar um procedimento contraordenacional ao jornal Notícias de Santo Tirso, por deficiente cumprimento na publicação de um Direito de Resposta exercido pelo Município de Santo Tirso.

É já a terceira vez que a entidade reguladora dá razão a uma queixa apresentada pelo Município, condenando o jornal Notícias de Santo Tirso por desrespeitar a Lei de Imprensa no que toca à publicação de Direitos de Resposta e ao exercício do princípio do contraditório.

Às três deliberações da ERC favoráveis ao Município, junta-se ainda uma outra do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas, que condenou o jornal por violação do princípio do contraditório e censurou “as campanhas pessoais e atentatórias da dignidade e bom nome das pessoas”, nomeadamente do presidente da Câmara Municipal, praticadas pelo diretor daquele órgão de comunicação social local.

O que, uma vez mais, se confirma é que o jornal Notícias de Santo Tirso, como é público e notório, não cumpre com as regras básicas do jornalismo e da deontologia profissional, porque está ao serviço de outros interesses, especialmente partidários, e não ao serviço da missão de informar com verdade, rigor e isenção.

O executivo municipal não pode, por isso, deixar de expressar um veemente repúdio pela conduta profissional do Notícias de Santo Tirso e do diretor Augusto Pimenta,



que se serve do jornal para difamar, perseguir e fazer campanha partidária por outras forças políticas.

Incapaz de travar a calúnia e a mentira veiculadas edição após edição pelo jornal, o Município tem vindo a denunciar o comportamento do Notícias de Santo Tirso junto das entidades competentes ligadas à área da Comunicação Social, nomeadamente a Entidade Reguladora para a Comunicação Social, o Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas e a Comissão da Carteira Profissional de Jornalista.

O que se constata é que, apesar de algumas destas entidades condenarem a reiterada violação dos princípios éticos e profissionais dos jornalistas cometida pelo jornal, o Notícias de Santo Tirso continua a fazer torpes ataques ao presidente da Câmara e ao executivo municipal.

O jornal Notícias de Santo Tirso não é, assim, digno da importância que, em Democracia, um órgão de comunicação social tem. Mais do que prestar um mau serviço ao jornalismo, o Notícias de Santo Tirso presta um mau serviço à Democracia.

E quem é conivente, por ação ou omissão, com a conduta difamatória e criminosa do Notícias de Santo Tirso está também a contribuir para o empobrecimento do espaço público e da Democracia.

Os eleitos pelo Partido Socialista

Santo Tirso, 13 de junho de 2017

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ATA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

9

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 13/JULHO/2017 – ATA Nº 14

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da ata da última reunião ordinária de 29/06/2017
- 2 – Designação dos representantes da autarquia para o novo mandato do conselho geral do Agrupamento de Escolas de S. Martinho
- 3 – Início do procedimento de formação de Contrato para planeamento e elaboração do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Picaria
- 4 – Operação Reabilitação Urbana (ORU) de Santo Tirso – Relatório anual de monitorização
- 5 – Empreitada: “Via Panorâmica e Requalificação da Rua Dr. Oliveira Salazar – Santo Tirso”: Adjudicação
- 6 – Empreitada: “Requalificação da Escola Básica do Ave – Vila das Aves”: Decisão de Contratar
- 7 – Empreitada: “Requalificação da Escola Básica de Santo Tirso – S. Rosendo”: Decisão de Contratar
- 8 – Contrato de Gestão de Eficiência Energética no “Sistema de Iluminação Pública” a Celebrar pelo município de Santo Tirso: Ratificação de despacho do presidente sobre lista de erros e omissões
- 9 - Concurso público para adjudicação do direito de ocupação de um espaço para instalação de um equipamento destinado a serviço de bar de apoio à “praia urbana”: Adjudicação: Ratificação de despacho do presidente
- 10 – Aquisição pela via do direito privado de parcelas de terreno destinadas à execução da obra denominada “Requalificação de um troço da Rua Manuel de Sousa Oliveira e Travessa Manuel de Sousa Oliveira – Vila Nova do Campo” – Parcelas 1A, 1B, 5 e 6
- 11 – Proposta de celebração de Protocolo entre o Ministério da Justiça e o município de Santo Tirso, tendo por objeto a cedência de instalações com vista ao desenvolvimento do Projeto Piloto Municipal para acompanhamento na reinserção de ex-reclusos e medidas de execução na comunidade



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

10

- 12 – Proposta de celebração de protocolo de colaboração entre o município e a Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Eulália da Palmeira – Beneficiação de um espaço adjacente ao adro da igreja
- 13 – Proposta de celebração de protocolo entre o município e a associação CASA DA GAIA – Centro de Cultura, Desporto e Recreio de Argoncilhe, no âmbito da realização do “Festival Danças do Mundo”
- 14 – Proposta de Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2017/2018 e proposta de continuação da comparticipação total do transporte escolar dos alunos do ensino secundário e dos alunos em regime de ensino articulado
- 15 – Proposta de atribuição de subsídios para colónias de férias 2017: 2ª fase
- 16 – Proposta de celebração de contrato de delegação de competências na freguesia de Rebordões para a realização da obra denominada “Repavimentação e drenagem da Rua do Padrão – 3ª fase”
- 17 – Proposta de atribuição de subsídio à junta de freguesia de Água Longa para obras de beneficiação da Rua da Rosinha
- 18 – Proposta de atribuição de subsídio ao Grupo de Concertinas de Monte Córdova e Amigos
- 19 – Proposta de celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo com o Núcleo de Xadrez de Santo Tirso
- 20 – Proposta de celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo com a Associação Campense de Karaté

Santo Tirso, 07 de julho de 2017

O presidente,

Dr. Joaquim Couto

1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 29/06/2017.----

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia vinte e nove de junho findo, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada por unanimidade.-----

2. DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO PARA O NOVO MANDATO DO CONSELHO GERAL DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE S. MARTINHO.-----

Presente informação da Divisão de Educação, de dez do corrente mês de julho, registada com o número seis mil oitocentos e setenta e três, a propor que a câmara municipal delibere designar os representantes do município no conselho geral do Agrupamento de Escolas de S. Martinho, previsto no artigo 11º do Decreto – Lei 75/2008, de 22 de abril, cujas competências estão previstas no artigo 13º do mesmo diploma legal.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, ao abrigo da competência prevista no n.º 4 do artigo 14º do referido Decreto-Lei, deliberasse designar os representantes do município no conselho geral do Agrupamento de Escolas de S. Martinho a seguir identificados, para o novo mandato de quatro anos (cfr. Artigo 16º do referido diploma legal), sem prejuízo do presidente da câmara municipal, no exercício da sua competência de representante do município, prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 35º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, poder comparecer às reuniões do conselho geral daquele Agrupamento de Escolas, sempre que o entender, exercendo integralmente as competências de membro desse órgão, como representante do município.-----

- Presidente da junta de freguesia de Vila Nova do Campo;-----
- Arq. Romeu Gilberto Ferreira Lima (Técnico Superior do quadro de pessoal do município, afeto à Divisão de Projetos e Empreitadas);-----
- Dra. Ana Maria Ferreira Mendes (Técnica Superior do quadro de pessoal do município, afeta à Divisão de Educação).-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.PPM foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Os vereadores do PPD/PSD.PPM, ao contrário do que aconteceu em situações

anteriores, não apresentaram nenhuma contraproposta, que incluía um dos vereadores eleito na sua lista, já que o mandato em causa termina dentro de algumas semanas”.....

3. INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DE CONTRATO PARA PLANEAMENTO E ELABORAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DA PICARIA.-----

Presente requerimento de vinte e sete de junho findo, registado com o número dezasseis mil cento e cinquenta e quatro, da sociedade Garcia, Garcia, S.A., a propor, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 6º e n.º 2 do artigo 79º, ambos do Regime Jurídico dos Instrumentos de gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-lei 80/2015, de 14 de maio, a celebração de um contrato para planeamento para a elaboração do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Picaria, cuja área de intervenção é a que consta da planta que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo II da mesma.-----

O assunto vem informado pela Chefe da Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica, conforme informação de sete do corrente mês de julho, registada com o número seis mil oitocentos e vinte e sete, da qual, para fundamentação da deliberação da câmara municipal, se junta cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes duas folhas.-----

Anexa-se igualmente à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo III da mesma, composto por vinte e duas folhas a proposta apresentada pela sociedade Garcia, Garcia, S.A., que contém os termos de referência previstos na n.º 2 do artigo 76º, n.º 2 do referido Decreto-lei 80/2015, a fundamentação para a não realização da avaliação ambiental estratégica e minuta do contrato para planeamento.-----

Juntam-se também à presente ata, e dela ficam a fazer parte integrante, como anexos IV, V e VI, extratos das Plantas de Ordenamento, Condicionantes e Condicionantes – Riscos do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse o seguinte:-----

a) Decidir dar início ao procedimento de elaboração do Plano de Pormenor da Zona



Industrial da Picaria, cuja área de intervenção é a que consta do anexo II, estabelecendo o prazo de elaboração em 210 (duzentos e dez) dias e a abertura de período de participação pública pelo prazo de quinze dias, a contar da data da publicitação desta deliberação no Diário da República;-----

b) Considerar que não se justifica a sujeição deste plano a avaliação ambiental estratégica, por não ser suscetível de ter efeitos significativos no ambiente, com a fundamentação que consta do n.º 2 da proposta da sociedade Garcia e Garcia, S.A., anexa à presente ata, com a qual a câmara municipal concorda, e que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais;

c) Deliberar celebrar um contrato de planeamento para a elaboração do referido plano, na versão corrigida pelos serviços municipais, e cuja minuta se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VII da mesma, e proceder à abertura do respetivo período de discussão pública, pelo prazo de dez dias úteis.-----

As razões que justificam, do ponto de vista do interesse local, a sua celebração e a oportunidade desta deliberação constam da informação técnica anexa, bem como da proposta da requerente.-----

A aprovação do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Picaria implicará a alteração do Plano Diretor Municipal, por prever a reclassificação de solo rural em urbano, através de procedimento de alteração por adaptação.-----

O senhor presidente propôs ainda que a câmara municipal deliberasse designar como responsável pela direção deste procedimento a Chefe da Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica, em regime de substituição, Arquiteta Lúcia Rosário Moita Rodrigues.-----

Após análise e discussão do assunto, as propostas do presidente da câmara municipal foram aprovadas por unanimidade.-----



A

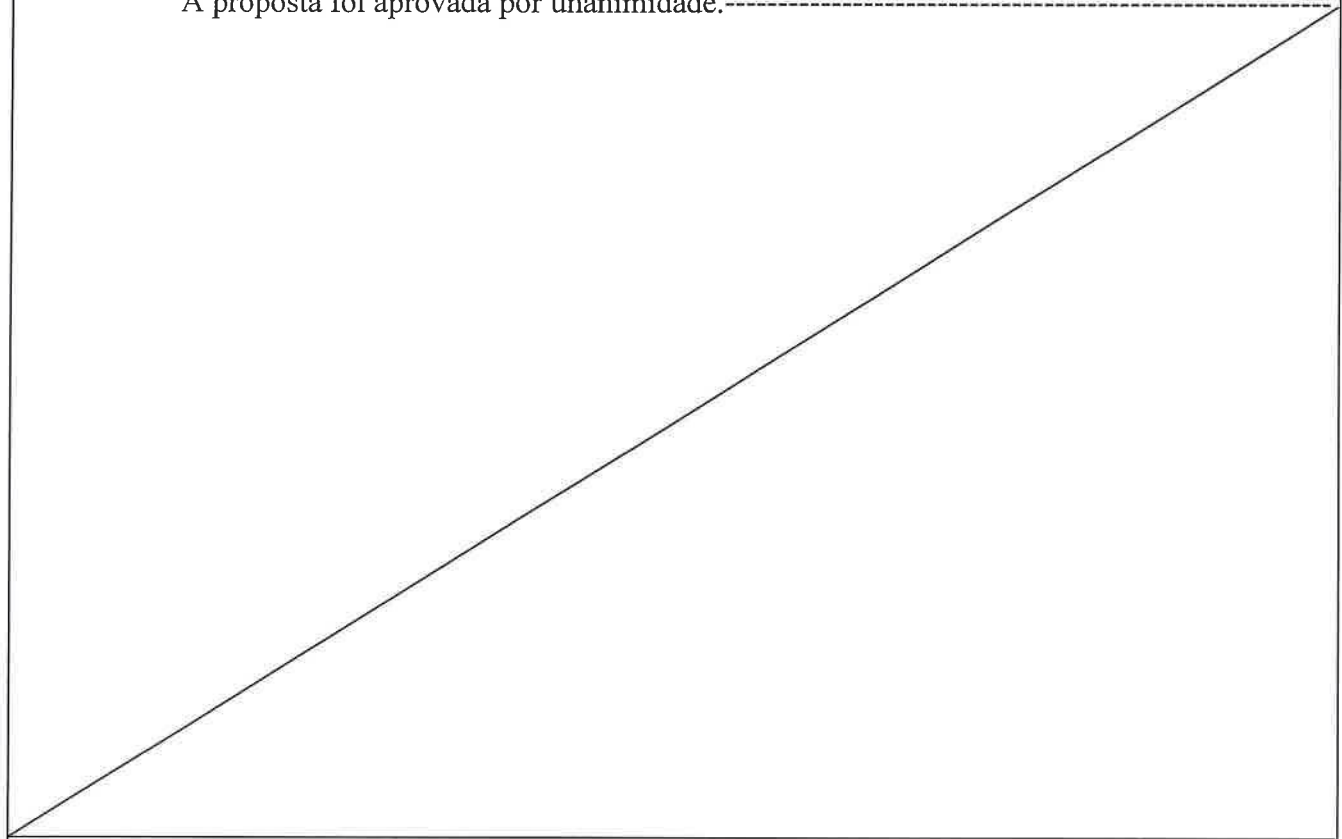
↗

**4. OPERAÇÃO REABILITAÇÃO URBANA (ORU) DE SANTO TIRSO –
RELATÓRIO ANUAL DE MONITORIZAÇÃO.**-----

Presente informação de vinte e seis de junho findo, da Divisão de Ordenamento de Território e Informação Geográfica, registada com o número seis mil cento e oitenta e cinco, a remeter, em cumprimento do disposto no artigo 20º-A do Decreto-lei 307/2009, de 23 de outubro, que aprova o Regime Jurídico de Reabilitação Urbana, a remeter o relatório de monitorização da Operação de Reabilitação Urbana de Santo Tirso, para efeitos de aprovação pela câmara municipal e apreciação da assembleia municipal.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar o aludido relatório, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VIII da mesma, e remeter o mesmo à próxima sessão ordinária da assembleia municipal para apreciação.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



5. EMPREITADA: “VIA PANORÂMICA E REQUALIFICAÇÃO DA RUA DR. OLIVEIRA SALAZAR – SANTO TIRSO”: ADJUDICAÇÃO-----

Presente o processo de concurso público registado na Divisão de Projetos e Empreitadas com o número 2/2017, do qual consta o relatório final de análise das propostas, elaborado pelo júri do procedimento em vinte e nove de junho findo, do qual, para fundamentação da presente deliberação, se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes quinze folhas, que aqui se dá por inteiramente transcrito para todos os efeitos legais.-----

A decisão de contratar foi tomada por deliberação da câmara municipal de nove de março último (item cinco da respetiva ata), cujo teor se tem aqui por inteiramente transcrito para os devidos efeitos.-----

No referido procedimento, e conforme consta do relatório acima referido, foi excluído o concorrente número dois, Sá Machado & Filhos S.A., pelas razões referidas no Relatório Preliminar, de vinte e nove de maio último, que igualmente aqui se dá por inteiramente transcrito, para todos os efeitos legais.-----

Em sede de audiência prévia apresentou reclamação o concorrente n.º 5, Empresa de Construções Amândio de Carvalho, S.A., pelas razões referidas no aludido relatório final, que o júri do procedimento considerou improcedentes.-----

O júri do procedimento ordenou a classificação final dos concorrentes admitidos no concurso nos seguintes termos:-----

1º - Concorrente n.º 4 – Edilages, S.A., com proposta no valor de 1.114.781,24 € (um milhão cento e catorze mil setecentos e oitenta e um euros e vinte e quatro cêntimos);-----

2º - Concorrente n.º 5 – Empresa de Construções Amândio Carvalho S.A., com proposta no valor de 1.087.015,20 € (um milhão e oitenta e sete mil e quinze euros e vinte cêntimos);-----

3º - Concorrente n.º 6 – Irmãos Moreira S.A., com proposta no valor de 1.271.052,47 € (um milhão duzentos e setenta e um mil e cinquenta e dois euros e quarenta e sete cêntimos).-----

4º - Concorrente nº 7 – SINOP – António Moreira dos Santos S.A., com proposta no valor de 1.261.382,53 € (um milhão duzentos e sessenta e um mil trezentos e oitenta e dois euros e cinquenta e três cêntimos);-----

5º - Concorrente nº 1 – Higinio Pinheiro & Irmãos S.A., com proposta no valor de 1.306.583,98 € (um milhão trezentos e seis mil quinhentos e oitenta e três euros e noventa e oito cêntimos);-----

6º - Concorrente nº 3 – MRG Construction, S.A., com proposta no valor de 1.445.684,52 € (um milhão quatrocentos e quarenta e cinco mil seiscentos e oitenta e quatro euros e cinquenta e dois cêntimos).-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com o disposto no n.º 4 do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos, deliberasse aprovar todas as propostas contidas no relatório final de análise das propostas do júri do procedimento anexo, e deliberasse adjudicar a empreitada em causa ao Concorrente nº 4 – EDILAGES S.A., pelo preço de 1.114.781,24 € (um milhão cento e catorze mil setecentos e oitenta e um euros e vinte e quatro cêntimos), acrescido de IVA, notificando-se a presente deliberação a todos os concorrentes, nos termos legalmente previstos.-

O prazo de execução da obra é de duzentos e setenta dias, a contar da data da respetiva consignação, a qual apenas poderá ter lugar depois do respetivo contrato obter o visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas, face ao disposto no n.º 4 do artigo 45º da Lei 98/97, de 26 de agosto, na redação introduzida pela Lei 61/2011, de 7 de dezembro.-----

As despesas decorrentes da presente empreitada serão satisfeitas pela rubrica orçamental com a classificação económica 02/07010401, na qual tem suficiente dotação, conforme proposta de cabimento orçamental número 386/2017 e movimento de estorno n.º 962/2017, e o compromisso assumido foi registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2761/2017, de cinco do corrente mês de julho.-----

O contrato a celebrar terá encargos em mais do que um ano económico, o que resulta já

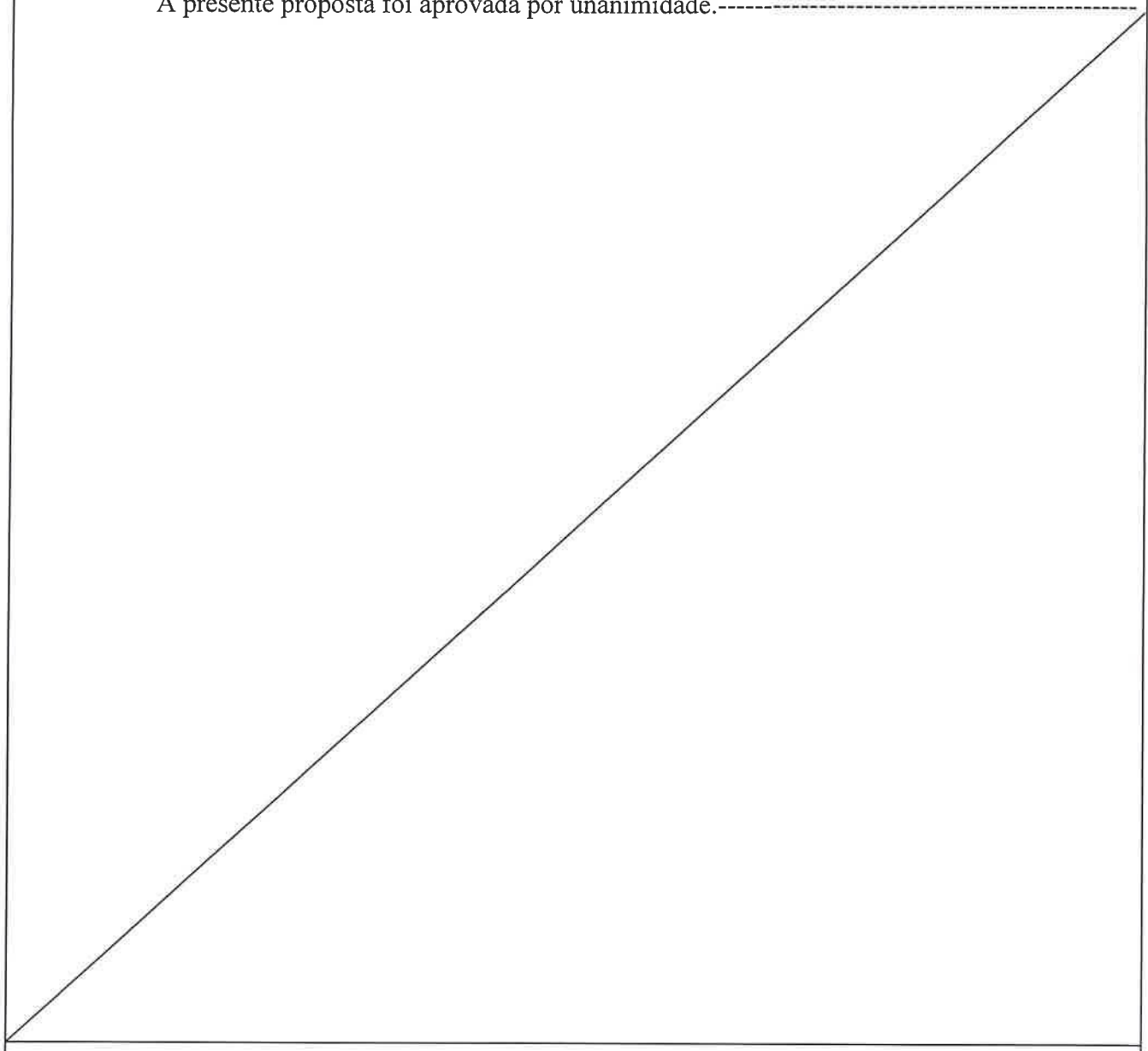


A

[Handwritten signature]

do Plano Plurianual de Investimentos aprovado pela assembleia municipal em vinte e nove de novembro de dois mil e dezasseis (projeto/ação – 44/2006/I/110), sendo que a autorização para a assunção de compromissos plurianuais da assembleia municipal resulta do n.º 1 do artigo 31º da Normas da Execução Orçamental, aprovadas por aquele órgão deliberativo com a aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano em curso.-----

A presente proposta foi aprovada por unanimidade.-----



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO**

Empreitada: "Via Panorâmica e Requalificação da Rua Dr. Oliveira Salazar-SantoTirso"

Processo nº DPE 2/2017

Preço Base de Concurso: 1 502 605,06 € + IVA

Relatório Final de Análise das Propostas

(nos termos previstos no artigo 148º do CCP)

Aos 29 dias do mês de junho do ano dois mil e dezassete, reuniu o júri do concurso composto pelos seguintes elementos: Carlos António Nogueira Veloso (Eng.º), Emília Cristina Campos Ramos Maia (Dr.ª) e Maria Fernanda Pires de Lima da Silva Coelho (Eng.º).

Decorrido o prazo de audiência prévia por força do art.º 147º, e nos termos do disposto no nº 1 do art.º 123º do CCP, o Concorrente n.º 5 – **Empresa de Construções Amândio de Carvalho, S.A.**, identificado abreviadamente por **ECAC**, veio pronunciar-se sobre o relatório preliminar de avaliação das propostas no que se refere à Valia Técnica, dentro do prazo previsto para o efeito, e invocando resumidamente do seguinte:

Ponto 1 - Avaliação do subfactor B1 – Programação dos trabalhos

- Parâmetro B1.2 – Rendimento das tarefas – O concorrente **ECAC** entende que lhe deve ser atribuída a pontuação de 15% neste parâmetro, pois diz proceder à demonstração/justificação dos rendimentos das tarefas na memória descritiva que acompanha e completa o plano de trabalhos.
- Parâmetro B1.3 – Adequação da memória descritiva à obra – O concorrente **ECAC** entende que lhe deveria ser atribuída a classificação de 45% em vez dos 30% que lhe foram atribuídos neste subfactor, pois diz apresentar os meios específicos da empresa com as especificações técnicas da obra, ao contrário da proposta do concorrente EDILAGES, cuja classificação considera que deveria ser alterada de 30% para 15%.
- O concorrente alega ainda que os documentos elaborados e apresentados pela ECAC para este concurso, contemplam estrutura semelhante à apresentada noutras duas empreitadas da CMST, em que a ECAC obteve a classificação de 100% no subfactor B1.

Ponto 2 - Avaliação do subfactor B2 – Meios afetos à obra

- Parâmetro B2.2 - Adequação da mão de obra e equipamento à obra – A ECAC entende que deve ser atribuída a pontuação de 5% ao concorrente EDILAGES, por considerar que existem incompatibilidades na

Falho QEN
a

sua proposta, não estando os meios de mão de obra e equipamento completamente relacionados, facto que entende que deve ser tido em consideração.

Ponto 3 - Avaliação do subfactor B3 – Segurança a implementar em obra –

- O concorrente **ECAC** entende que lhe deve ser atribuída, neste parâmetro, a pontuação de **100%** e não 20%, por considerar que *“a gestão de riscos apresentada está completa e foram contemplados todos os trabalhos previstos em projeto”*. Em contrapartida entende a **ECAC** que *a proposta do concorrente EDILAGES*, se enquadra nos 5% e não nos 60% por considerar que a gestão de riscos apresentada não está completa.
- A reclamação apresenta também a comparação entre os mapas de avaliação de riscos da sua proposta e a proposta de um concorrente noutro concurso que obteve a pontuação de 100% no subfactor B3, alegando que a estrutura apresentada é semelhante.

Avaliação da reclamação pelo júri:

Ponto 1 – Avaliação do subfactor B1 – Programação dos trabalhos

Parâmetro B1.2 – Rendimento das tarefas – Avaliada a reclamação no que diz respeito ao rendimento das tarefas, e reanalisada a proposta, o júri admite que assiste razão à **ECAC**, uma vez que procedeu à demonstração /justificação dos rendimentos das tarefas na memória descritiva que acompanha e completa o Plano de trabalhos. Assim, o júri considera que a avaliação da **ECAC** neste subfactor deverá ser corrigida para 15%.

Parâmetro B1.3 – Adequação da memória descritiva à obra - Sem prejuízo de não ser admissível a comparação de propostas de empreitadas diferentes, o júri considera que todos os concorrentes apresentam uma memória descritiva semelhante, uns com uma descrição mais exaustiva outros menos exaustiva, em que são descritos os meios específicos da empresa e a sua articulação com a obra, assim como é efetuada a descrição do desenvolvimento da empreitada. O júri mantém a avaliação efetuada neste subfactor.

Ponto 2 - Avaliação do subfactor B2 – Meios afetos à obra

Parâmetro B2.2 - Adequação da mão de obra e equipamento à obra

O júri considerou que todos os concorrentes apresentam meios humanos e equipamento relacionados com a programação efetuada para a realização dos trabalhos, programação essa que tem o rigor exigível nesta fase. Assim, o júri mantém a avaliação efetuada neste subfactor.

Ponto 3 - Avaliação do subfactor B3 – Segurança a implementar em obra

Avaliada a reclamação e reanalisada a proposta do concorrente **ECAC**, o júri verificou que, apesar da legenda da tabela de avaliação de riscos (pág. 13 da gestão de riscos) referir que a coluna 3 se destina ao nº de trabalhadores expostos, essa coluna não está preenchida, pelo que, a gestão de riscos não está completa, embora estejam contemplados todos os trabalhos previstos. De acordo com o critério definido para a avaliação do subfactor B3, a proposta enquadra-se nos 20%. Sem prejuízo de não ser admissível comparar propostas de empreitadas diferentes, o exemplo apresentado pelo reclamante apresenta a mesma estrutura de mapa, mas com a coluna destinada ao nº de trabalhadores expostos preenchida, razão que levou a obter a classificação máxima.

Assim, o júri do concurso considera improcedentes os argumentos apresentados e mantém a avaliação efetuada neste parâmetro.

folha 21

Assim, após análise das objeções ao relatório preliminar, o resultado da análise das propostas, resumido no anexo A0, conduz a que :

- Seja excluído o seguinte concorrente:

Concorrente nº 2 – Sá Machado & Filhos, S.A., - Não apresenta documentos da proposta e declara o seguinte: “...após análise e estudo do processo de concurso com vista à elaboração de proposta para o referido procedimento, declara que a mesma não se enquadra no preço base definido no Programa de Procedimento, inviabilizando assim a admissão da nossa proposta para efeitos de análise, tal como o prevê a legislação em vigor, mais especificamente a alínea d) do n.º2 do artigo 70º do CCP”.

- Sejam admitidas as restantes propostas.

De acordo com o previsto no programa de concurso, o modelo de avaliação das propostas admitidas centra-se na avaliação dos seguintes fatores:

- ☐ A – Preço – com uma ponderação de 60% na globalidade da avaliação;
- ☐ B – Valia Técnica da Proposta – com uma ponderação de 40% na globalidade da classificação.

A Valia Técnica da Proposta será decomposta nos seguintes subfactores:

- B1 – Programação dos Trabalhos – com uma ponderação de 25% na globalidade da classificação;
- B2 – Meios Afetos à Obra – com uma ponderação 10% na globalidade da classificação;
- B3 – Gestão de Riscos para Segurança e Saúde no trabalho – com uma ponderação de 5% na globalidade da classificação.

Os critérios de avaliação dos fatores e subfactores enunciados serão definidos de seguida.

A – PREÇO

A classificação do facto definido como “Preço” segue uma função matemática, definida pela Câmara Municipal, que se traduz, pela seguinte expressão:

$$CL(A) = 2.50 / P_B \times P + 2.9$$

nas condições de: $0,80 \cdot P_B \leq P \leq P_B$

$$CL(A) = - 0,50 / P_B \times P + 1,3$$

nas condições de: $P < 0,80 \cdot P_B$

em que:

$CL(A)$ - Classificação da Proposta, relativamente ao Preço;

P_B - Preço-Base do Concurso;

P - Preço da Proposta do Concorrente.

fecho Q.P.M.
M

B – VALIA TÉCNICA DA PROPOSTA

B1 – Programação dos Trabalhos

O subfactor destinado à avaliação da “Planeamento dos Trabalhos” desenvolverá a classificação atendendo à constituição da proposta quanto à “descrição e detalhe do planeamento das tarefas”, “descrição do rendimento das tarefas” e “adequação da memória descritiva à obra”.

Na “descrição do planeamento das tarefas”, optou-se por níveis de classificação, enumerados de seguida:

Descrição	Classificação
<ul style="list-style-type: none"> A proposta contempla o planeamento dos trabalhos reproduzindo todas tarefas do mapa de quantidades. É demonstrada uma perfeita articulação entre a programação (gráfico de Gantt) e todas as tarefas da empreitada. 	40%
<ul style="list-style-type: none"> A proposta contempla o planeamento dos trabalhos, reproduzindo a maioria das tarefas da empreitada. É demonstrada uma articulação entre a programação (gráfico de Gantt) e a maioria das tarefas da empreitada. 	20%
<ul style="list-style-type: none"> A proposta contempla o planeamento dos trabalhos reproduzindo ligeiramente as tarefas da empreitada. É genericamente demonstrada a articulação entre a programação (gráfico de Gantt) e as tarefas da empreitada. 	2%

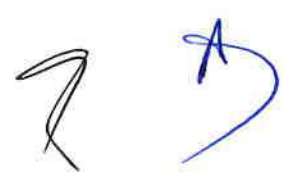
Na “descrição do rendimento das tarefas”, os níveis de classificação são definidos como, em seguida, se enumeram:

Descrição	Classificação
<ul style="list-style-type: none"> Os valores dos rendimentos de todas as tarefas são apresentados e acompanhados de justificação. 	15%
<ul style="list-style-type: none"> Os valores dos rendimentos de todas as tarefas são, apenas, apresentados de forma indicativa. 	10%
<ul style="list-style-type: none"> Não é apresentado, na totalidade, os valores dos rendimentos das tarefas da empreitada. 	5%
<ul style="list-style-type: none"> Não é apresentado nenhum dos valores dos rendimentos das tarefas das empreitadas. 	0 %

A “adequação da memória descritiva à obra”, possuiu os seguintes níveis de classificação:

Descrição	Classificação
<ul style="list-style-type: none"> A memória descritiva apresenta os meios específicos da empresa com as especificidades técnicas da obra e a articulação completa entre ambas. É demonstrado detalhadamente o desenvolvimento da empreitada. 	45%
<ul style="list-style-type: none"> A memória descritiva apresenta os meios específicos da empresa com as especificidades técnicas da obra e a articulação completa entre ambas. Não descreve, na totalidade, desenvolvimento da empreitada. 	30%
<ul style="list-style-type: none"> A memória descritiva revela os meios específicos da empresa com as especialidades técnicas da obra sem articulação completa entre ambas. Não descreve, na totalidade, desenvolvimento da empreitada. 	15%
<ul style="list-style-type: none"> A memória descritiva apresenta meios específicos da empresa não relacionados com as especificações técnicas da obra. Não descreve. Na totalidade, o desenvolvimento da empreitada 	1%

for
an



B2 – Meios Afetos à obra

O subfactor destinado à avaliação dos "Meios Afetos à Obra" desenvolverá a classificação atendendo à constituição da proposta quanto à "Equipa responsável pela orientação da obra" e "adequação da mão-de-obra e equipamento à empreitada".

Na "Equipa responsável pela orientação da obra", os níveis de classificação são definidos como, em seguida, se enumeram:

Descrição	Classificação
<ul style="list-style-type: none"> Os elementos escolhidos para a equipa responsável pela orientação da obra possuem habilitações profissionais adequadas à empreitada, conforme legislação em vigor, e documentam a justificação das habilitações. 	50%
<ul style="list-style-type: none"> Os elementos escolhidos para a equipa responsável pela orientação da obra não possuem habilitações profissionais adequadas à empreitada, conforme legislação em vigor, ou não documentam as habilitações. 	1%

Na "adequação da mão-de-obra e equipamento à obra", os níveis de classificação são definidos como, em seguida, se enumeram:

Descrição	Classificação
<ul style="list-style-type: none"> Os meios de mão-de-obra (incluindo a equipa responsável pela orientação da obra) e o equipamento, estão completamente relacionados com a programação (gráfico de Gantt). Os meios estão quantificados para todas as tarefas, quer no tempo e espaço, para a execução da empreitada. 	50%
<ul style="list-style-type: none"> Os meios de mão-de-obra (incluindo a equipa responsável pela orientação da obra) e o equipamento, estão completamente relacionados com a programação (gráfico de Gantt). Os meios estão quantificados para todas as tarefas, quer no tempo e espaço, para a execução da empreitada. 	30%
<ul style="list-style-type: none"> Os meios de mão-de-obra (incluindo a equipa responsável pela orientação da obra) e o equipamento, não estão completamente relacionados com a programação (gráfico de Gantt). Os meios estão quantificados para todas as tarefas, quer no tempo e no espaço, para a execução da empreitada. 	5%

B3 – Gestão de Riscos para Segurança e Saúde no trabalho

O subfactor destinado à avaliação da "Gestão de Riscos para Segurança e Saúde no trabalho", desenvolverá exclusivamente o desenvolvimento e adequação da gestão de riscos à obra de acordo com os seguintes critérios:

Descrição	Classificação
<ul style="list-style-type: none"> A gestão de riscos apresentada está completa (tem de compreender, a identificação dos perigos, identificação dos trabalhadores expostos, estimativa do risco, valorização do risco, controlo do risco e hierarquização do risco, de acordo com o método previamente apresentado). Foram contemplados todos os trabalhos previstos em projeto e somente esses. 	100%
<ul style="list-style-type: none"> A gestão de riscos apresentada está completa (tem de compreender, a identificação dos perigos, identificação dos trabalhadores expostos, estimativa do risco, valorização do risco, 	

fecho
a

controle do risco e hierarquização do risco, de acordo com o método previamente apresentado). Foram contemplados todos os trabalhos previstos em projeto e considerados trabalhos não previstos.	80%
<ul style="list-style-type: none"> A gestão de riscos apresentada está completa (tem de compreender, a identificação dos perigos, identificação dos trabalhadores expostos, estimativa do risco, valorização do risco, controle do risco e hierarquização do risco, de acordo com o método previamente apresentado). Foi contemplada parte dos trabalhos previstos em projeto. 	60%
<ul style="list-style-type: none"> A gestão de riscos apresentada está completa (tem de compreender, a identificação dos perigos, identificação dos trabalhadores expostos, estimativa do risco, valorização do risco, controle do risco e hierarquização do risco, de acordo com o método previamente apresentado). Foi contemplada parte dos trabalhos previstos em projeto e considerados trabalhos não previstos. 	40%
<ul style="list-style-type: none"> A gestão de riscos apresenta não está completa (tem de compreender, a identificação dos perigos, identificação dos trabalhadores expostos, estimativa do risco, valorização do risco, controle do risco e hierarquização do risco, de acordo com o método previamente apresentado). Foram contemplados todos os trabalhos previstos em projeto e somente esses. 	20%
<ul style="list-style-type: none"> A gestão de riscos apresenta não está completa (tem de compreender, a identificação dos perigos, identificação dos trabalhadores expostos, estimativa do risco, valorização do risco, controle do risco e hierarquização do risco, de acordo com o método previamente apresentado), nem foram contemplados todos os trabalhos previstos em projeto e somente esses. 	5%

A Classificação do subfactor B3 – CL(B3) –, é determinado pela pontuação definida para o critério em análise, conforme descrito anteriormente.

A classificação das propostas relativamente ao fator B – Valia Técnica da Proposta – é calculada através da aplicação da fórmula seguinte:

$$CL(B) = p(B1) \times CL(B1) + p(B2) \times CL(B2) + p(B3) \times CL(B3)$$

com:

CL(B) correspondente à classificação do factor B;

p(B1) corresponde à ponderação para o subfactor B1;

CL(B1) correspondente à classificação do subfactor B1;

p(B2) corresponde à ponderação para o subfactor B2;

CL(B2) correspondente à classificação do factor B2;

p(B3) corresponde à ponderação para o subfactor B3;

CL(B3) correspondente à classificação do subfactor B3.

A proposta de cada um dos concorrentes corresponderá será avaliada nos fatores A e B, devidamente ponderados, e que será traduzida pela fórmula seguinte:

$$P_i = p_A \times CL(A) + p_{B1} \times CL(B1) + p_{B2} \times CL(B2) + p_{B3} \times CL(B3)$$

em que:

P_i - Proposta do concorrente i;

p_A - ponderação da classificação do factor A;

feh. Q.P.M.
a

P_{B1} - ponderação da classificação do factor B1;

P_{B2} - ponderação da classificação do factor B2;

P_{B3} - ponderação da classificação do factor B3.

A Proposta Mais Vantajosa – **PMV** – corresponderá à maior classificação, entre as diversas propostas – P_i - apresentadas.

O resultado da análise efetuada de acordo com o modelo anterior, e demonstrado nos documentos anexos, hierarquiza as propostas admitidas da seguinte forma:

1	Concorrente n.º 4	Edilages, Lda	1 114 781,24 €
2	Concorrente n.º 5	Empresa de Construções Amândio Carvalho, S.A	1 087 015,20 €
3	Concorrente n.º 6	Irmãos Moreiras, S.A	1 271 052,47 €
4	Concorrente n.º 7	SINOP- ANTÓNIO MOREIRA DOS SANTOS , SA	1 261 382,53 €
5	Concorrente n.º 1	Higino Pinheiro & Irmão, S.A.	1 306 583,98 €
6	Concorrente n.º 3	MRG CONSTRUCTION, S.A	1 445 684,52 €

1. Conclusão

O júri do concurso considera que a empreitada deve ser adjudicada ao concorrente **n.º 4 – Edilages, Lda** pelo valor da sua proposta – **1 114 781,24 €+ IVA (um milhão cento e catorze mil, setecentos e oitenta e um euro e vinte e quatro cêntimos + IVA).**

Santo Tirso, 29 de junho de 2017


 Carlos António Nogueira Veloso

 Emília Cristina Campos Ramos Maia

 Maria Fernanda Pires de Lima da Silva Coelho

EMPREITADA: Via Panorâmica e Requalificação da Rua Dr. Oliveira Salazar-SantoTirso

DPE2/2017 PREÇO BASE: 1.502.605,06 €

Anormalmente baixa < 901.563,03 €

PRAZO: P = 270 dias

nº de Concorrentes = 7

DADOS DAS PROPOSTAS

PROCESSO n.º DPE 2/2017		VALOR DA PROPOSTA (€)	AValiação	Atitude a tomar	MOTIVOS
Concorrente n.º 1	Higino Pinheiro & Irmão, S.A.	1.306.583,98 €	PROPOSTA ACEITE	ANALISAR PROPOSTA	Declara não apresentar proposta
Concorrente n.º 2	Sá Machado & Filhos, S.A	0,01 €	PROPOSTA REJEITADA	QUAL O MOTIVO?	
Concorrente n.º 3	MRG CONSTRUCTION, S.A	1.445.684,52 €	PROPOSTA ACEITE	ANALISAR PROPOSTA	
Concorrente n.º 4	Edilages,S.A	1.114.781,24 €	PROPOSTA ACEITE	ANALISAR PROPOSTA	
Concorrente n.º 5	Empresa de Construções Amandio Carvalho, S.A	1.087.015,20 €	PROPOSTA ACEITE	ANALISAR PROPOSTA	
Concorrente n.º 6	Irmãos Moreiras, S.A	1.271.052,47 €	PROPOSTA ACEITE	ANALISAR PROPOSTA	
Concorrente n.º 7	SINOP- ANTÓNIO MOREIRA DOS SANTOS , SA	1.261.382,53 €	PROPOSTA ACEITE	ANALISAR PROPOSTA	

EMPREITADA: Via Panorâmica e Requalificação da Rua Dr. Oliveira Salazar-Santo Tirso

PREÇO BASE: 1.502.605,06 €

Anormalmente baixa < 901.563,03 €

PRAZO: P = 120 dias

[illegible]

X Não Verifica / Não Apresenta documento
V Verifica / Apresenta documento

7



EMPREITADA: Via Panorâmica e Requalificação da Rua Dr. Oliveira Salazar-SantoTirso**Avaliação das Propostas - Critérios A - PREÇO**

CRITÉRIOS DE APRECIÇÃO				PROCESSO n.º DPE 2/2017
A	B - Valia Técnica da Proposta 40,00%			
PREÇO	B1 - Programação dos Trabalhos	B2 - Meios Afetos à Obra	B3 - Segurança a Implementar na Obra	
60,00%	25,00%	10,00%	5,00%	

Função matemática

Nas condições de : $0,80 * P_b \leq P \leq P_b$

$$CL(A) = (-2,50 * P / P_b) + 2,9$$

Nas condições de : $P < 0,80 * P_b$

$$CL(A) = (-0,50 * P / P_b) + 1,3$$

Em que:

CL(A) - Classificação da Proposta, relativamente ao Preço;

 P_b - Preço-Base do Concurso;

P - Preço da Proposta do Concorrente.

 P_b - Preço base

1.502.605,06 €

Preço anormalmente baixo <

901.563,03 €

PROCESSO n.º DPE 2/2017		CRITÉRIO A	
		PREÇO €	
		Proposta	Avaliação(%)
Concorrente n.º 1	Higino Pinheiro & Irmão, S.A.	1.306.583,98 €	72,61%
Concorrente n.º 2	Sá Machado & Filhos, S.A		EXCLUÍDA
Concorrente n.º 3	MRG CONSTRUCTION, S.A	1.445.684,52 €	49,47%
Concorrente n.º 4	Edilages, S.A	1.114.781,24 €	92,91%
Concorrente n.º 5	Empresa de Construções Amandio Carvalho, S.A	1.087.015,20 €	93,83%
Concorrente n.º 6	Irmãos Moreiras, S.A	1.271.052,47 €	78,53%
Concorrente n.º 7	SINOP- ANTÓNIO MOREIRA DOS SANTOS , SA	1.261.382,53 €	80,13%

30

foehn
Q. En
a

Feb 10
Q. 1. m
a

f. Gerho Q.P.m.
m

33

EMPREITADA: Via Panorâmica e Requalificação da Rua Dr. Oliveira Salazar-SantoTirso
AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS - Ordenada

CRITÉRIOS DE APECIAÇÃO											
PREÇO		VALIA TÉCNICA DA PROPOSTA									
		40,00%		Proposta Anormalmente Bixa (€)		n.º de Concorrentes					
60,00%		Segurança a Implementar na Obra		Valor Base (€)		7					
		Meios Afetos a Obra		1 507 605,06 €		< 901 563,04 €					
		25,00%		5,00%							
		10,00%									



6. CONCURSO PÚBLICO PARA A CELEBRAÇÃO DE UM CONTRATO DE EMPREITADA DESIGNADA: “REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO AVE – VILA DAS AVES”: APROVAÇÃO DO PROJETO, DECISÃO DE CONTRATAR, APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO E DESIGNAÇÃO DO JÚRI DO CONCURSO.-----

Presente informação da Divisão de Projetos e Empreitadas, de quatro do corrente mês de julho, registada com o número seis mil quinhentos e oitenta e dois, relativa ao procedimento de concurso público com vista à formação do respetivo contrato de empreitada e a remeter as peças processuais relativas ao mesmo procedimento, constituído pelo Projeto, Programa de procedimento e Caderno de encargos, e respetivos anexos, integrado pelas peças referidas na lista que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo IX da mesma.-----

Dá-se aqui por inteiramente transcrita a aludida informação técnica, da qual se juntou cópia à referida lista, para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O preço base da obra é de 1.138.953,86 € (um milhão cento e trinta e oito mil novecentos e cinquenta e três euros e oitenta e seis cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal aplicável, e o prazo de execução da empreitada é de trezentos e sessenta e cinco dias.-----

As despesas com a execução do contrato a celebrar serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 07010305, que fica dotada de verba suficiente nos anos económicos de execução do contrato (2017 e 2018), ficando cativa no ano em curso a importância de 250.000,00 € (duzentos cinquenta mil euros), correspondente à estimativa dos encargos com a empreitada no presente exercício, conforme proposta de cabimento orçamental número 1565/2017, de dezanove de maio último.-----

Da execução do contrato resultam encargos plurianuais nos anos económicos de dois mil e dezassete e dois mil e dezoito, sendo que a autorização para a assunção de encargos plurianuais foi



dada genericamente pela assembleia municipal em sessão de vinte e nove de novembro último, conforme resulta do artigo 31º, n.º 1, alínea a) das Normas de Execução Orçamental e da previsão plurianual constante do PPI relativamente ao projeto/ação 2006/I/3.-----

Pelo senhor presidente da câmara foram apresentadas as seguintes propostas:-----

A) Que a câmara municipal delibere aprovar o projeto de execução da referida obra, para a qual foi celebrado um Acordo de Colaboração com o Ministério da Educação, ratificado pela câmara municipal em reunião de vinte e quatro de novembro de dois mil e dezasseis (item oito da respetiva ata).-----

B) Que a câmara municipal delibere autorizar a despesa inerente ao contrato de empreitada a celebrar e tomar a decisão de contratar prevista no artigo 36º do Código dos Contratos Públicos, mediante procedimento de concurso público, de harmonia com o previsto no artigo 20º do mesmo Código.-----

C) Que a câmara delibere aprovar as peças do respetivo procedimento, que são as seguintes:-----

1 – **Programa do Procedimento;**-----

2 – **Cadernos de Encargos**, integrado pelos elementos referidos na lista anexa à presente ata, e que inclui o respetivo projeto de execução.-----

D) Designar o júri do respetivo procedimento com a seguinte composição:-----

Membros Efetivos

- Presidente – Eng.º Carlos António Nogueira Veloso – Chefe da Divisão de Projetos e Empreitadas;-----

- Dra. Emília Cristina Campos Ramos Maia – Chefe da Divisão da Contração Pública, que exercerá as funções de secretária do procedimento;-----

- Engª Maria Fernanda Pires de Lima da Silva Coelho – Técnica Superior do município;--

Membros suplentes:



- Dra. Diana Paula Ferreira Salgado – Chefe da Divisão Jurídica;-----
- Dra. Maria Alcina Marques Oliveira – Chefe da Divisão Financeira.-----

E) Que a câmara municipal delibere declarar, com fundamento na aludida informação técnica, e face aos demais elementos constantes do procedimento, que o Projeto de Execução, com todas as especialidades e demais elementos que o integram, e que fazem parte integrante do caderno de encargos, contém todas as informações necessárias, indispensáveis e suficientes à boa execução da obra a realizar, pelo que “os elementos da solução da obra a realizar”, que serão disponibilizados a concurso, a definem e enquadram em termos técnicos e são suficientes para a sua boa execução e cumprem a legislação aplicável.-----

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as propostas que antecederem.-----



7. CONCURSO PÚBLICO PARA A CELEBRAÇÃO DE UM CONTRATO DE EMPREITADA DESIGNADA: “REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE SANTO TIRSO – S. ROSENDO”: APROVAÇÃO DO PROJETO, DECISÃO DE CONTRATAR, APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO E DESIGNAÇÃO DO JÚRI DO CONCURSO.-----

Presente informação da Divisão de Projetos e Empreitadas, de quatro do corrente mês de julho, registada com o número seis mil quinhentos e oitenta e três, relativa ao procedimento de concurso público com vista à formação do respetivo contrato de empreitada e a remeter as peças processuais relativas ao mesmo procedimento, constituído pelo Projeto, Programa de procedimento e Caderno de encargos, e respetivos anexos, integrado pelas peças referidas na lista que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo X da mesma.-----

Dá-se aqui por inteiramente transcrita a aludida informação técnica, da qual se juntou cópia à referida lista, para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O preço base da obra é de 939.766,78 € (novecentos e trinta e nove mil setecentos e sessenta e seis euros e setenta e oito centimos), acrescido do IVA à taxa legal aplicável, e o prazo de execução da empreitada é de trezentos e sessenta e cinco dias.-----

As despesas com a execução do contrato a celebrar serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 07010305, que fica dotada de verba suficiente nos anos económicos de execução do contrato (2017 e 2018), ficando cativa no ano em curso a importância de 200.000,00 € (duzentos mil euros), correspondente à estimativa dos encargos com a empreitada no presente exercício, conforme proposta de cabimento orçamental número 1568/2017, de dezanove de maio último.-----

Da execução do contrato resultam encargos plurianuais nos anos económicos de dois mil e dezassete e dois mil e dezoito, sendo que a autorização para a assunção de encargos plurianuais foi

dada genericamente pela assembleia municipal em sessão de vinte e nove de novembro último, conforme resulta do artigo 31º, n.º 1, alínea a) das Normas de Execução Orçamental e da previsão plurianual constante do PPI relativamente ao projeto/ação 2006/I/3.-----

Pelo senhor presidente da câmara foram apresentadas as seguintes propostas:-----

A) Que a câmara municipal delibere aprovar o projeto de execução da referida obra, para a qual foi celebrado um Acordo de Colaboração com o Ministério da Educação, ratificado pela câmara municipal em reunião de vinte e quatro de novembro de dois mil e dezasseis (item oito da respetiva ata).-----

B) Que a câmara municipal delibere autorizar a despesa inerente ao contrato de empreitada a celebrar e tomar a decisão de contratar prevista no artigo 36º do Código dos Contratos Públicos, mediante procedimento de concurso público, de harmonia com o previsto no artigo 20º do mesmo Código.-----

C) Que a câmara delibere aprovar as peças do respetivo procedimento, que são as seguintes:-----

1 – **Programa do Procedimento;**-----

2 – **Cadernos de Encargos**, integrado pelos elementos referidos na lista anexa à presente ata, e que inclui o respetivo projeto de execução.-----

D) Designar o júri do respetivo procedimento com a seguinte composição:-----

Membros Efetivos:

- Presidente – Eng.º Carlos António Nogueira Veloso – Chefe da Divisão de Projetos e Empreitadas;-----

- Dra. Emília Cristina Campos Ramos Maia –Chefe da Divisão da Contração Pública, que exercerá as funções de secretária do procedimento;-----

- Engª Maria Fernanda Pires de Lima da Silva Coelho – Técnica Superior do município;--

Membros suplentes:

- Dra. Diana Paula Ferreira Salgado – Chefe da Divisão Jurídica;-----
- Dra. Maria Alcina Marques Oliveira – Chefe da Divisão Financeira.-----

E) Que a câmara municipal delibere declarar, com fundamento na aludida informação técnica, e face aos demais elementos constantes do procedimento, que o Projeto de Execução, com todos os elementos que o integram, e que fazem parte integrante do caderno de encargos, contém todas as informações necessárias, indispensáveis e suficientes à boa execução da obra a realizar, pelo que “os elementos da solução da obra a realizar”, que serão disponibilizados a concurso, a definem e enquadram em termos técnicos e são suficientes para a sua boa execução e cumprem a legislação aplicável.-----

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as propostas que antecedem.-----



8. PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO COM VISTA À CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE GESTÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO “SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA” A CELEBRAR PELO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE SOBRE LISTA DE ERROS E OMISSÕES.-----

Presente o processo relativo ao procedimento de concurso público para celebração de um Contrato de Gestão de Eficiência Energética no “Sistema de Iluminação Pública”, registado com o número DAF01/2017, do qual consta o despacho do senhor presidente da câmara municipal de sete do corrente mês de julho, proferido ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sobre a rejeição e aceitação de erros e omissões apresentados pelos interessados no âmbito do referido procedimento, nos termos constantes do Anexo I da ata n.º 2 do júri do procedimento datada de cinco do corrente mês de julho.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 61º do Código dos Contratos Públicos, ratificar o aludido despacho quanto à decisão sobre erros e omissões apresentados pelos interessados.-----

A ata n.º 2 do júri do procedimento fica anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante para os devidos efeitos legais, constituindo o respetivo Anexo XI.-----

A câmara municipal deliberou por unanimidade ratificar o aludido despacho.-----



Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

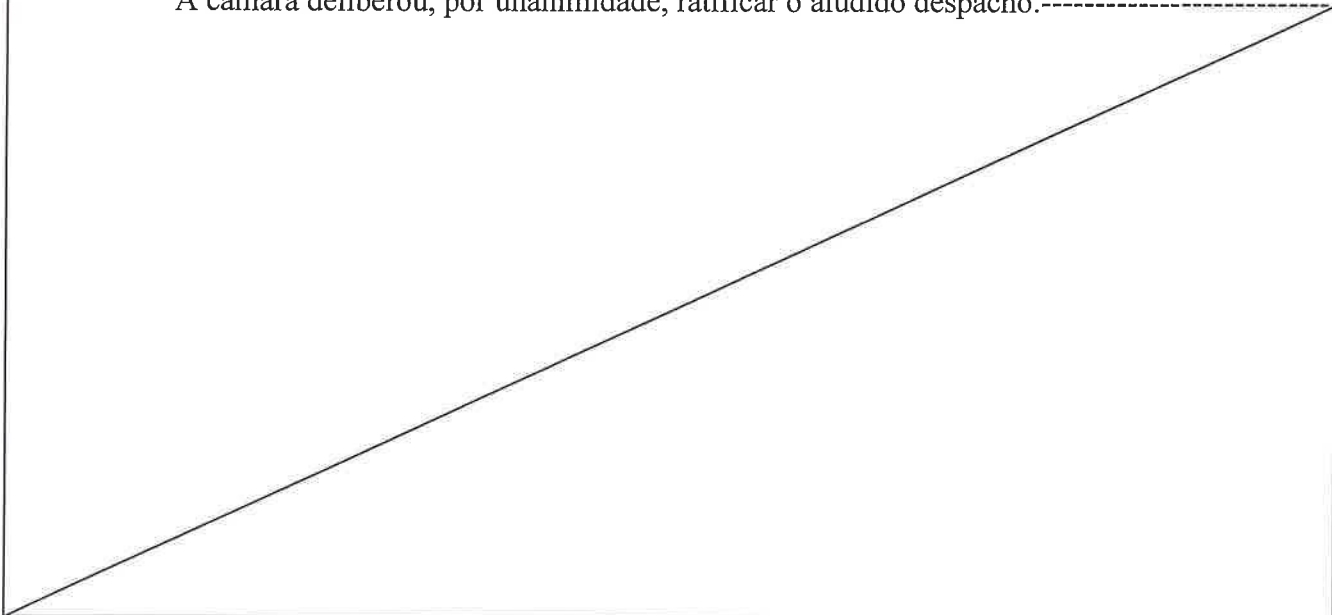
9. CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DE UM ESPAÇO PARA INSTALAÇÃO DE UM EQUIPAMENTO DESTINADO A SERVIÇO DE BAR DE APOIO À “PRAIA URBANA”: ADJUDICAÇÃO: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE.-----

Presente o procedimento de concurso público com vista à adjudicação do direito de ocupação de um espaço, propriedade do município, sito na Margens do Ave (Além Rio), na cidade de Santo Tirso, para instalação de um “equipamento” destinado a serviço de bar de apoio à “praia urbana” de Santo Tirso.-----

Do processo consta relatório de análise das propostas, de vinte e nove de junho findo, a propor a adjudicação da única proposta apresentada a concurso, da sociedade A. Costa Mota – Atividades Hoteleiras Lda, pelo valor de adjudicação de 500,00 € (quinhentos euros), acrescido do preço mensal de ocupação de 250,00 € (duzentos e cinquenta euros).-----

O senhor presidente submeteu à ratificação da câmara municipal o seu despacho de três do corrente mês de julho, proferido ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes três folhas.-----

A câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o aludido despacho.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

DESPACHO

Despacho de adjudicação do direito de ocupação de um espaço, propriedade do município de Santo Tirso, para instalação de um equipamento destinado ao serviço de bar de apoio à praia urbana de Santo Tirso

Em reunião ordinária da câmara municipal de 01 de junho findo (item 8 da respetiva ata), foi deliberado tomar a decisão de contratar, aprovar as peças do procedimento e a constituição do júri do procedimento.

Nessa sequência, procedeu-se à abertura do respetivo concurso público, o qual foi publicitado pelas seguintes formas legais:

- a) Afixação do edital nº 89 no edifício dos Paços do Concelho, em 07 de junho findo;
- b) Publicação do mesmo edital no Jornal de Santo Thyrso, em 09 de junho findo;
- c) Publicação do mesmo edital no Jornal do Ave, em 08 de junho findo;
- d) Publicação do mesmo edital na internet, no sítio institucional do município, no dia 07 de junho findo;
- e) Afixação do mesmo edital na sede das juntas de freguesia do concelho.

Pelo júri do procedimento foi elaborado o Relatório de Análise das Propostas, datado de 29 do mesmo mês de junho, cujo teor se tem aqui por inteiramente reproduzido para os devidos efeitos legais.

De acordo com o referido relatório, apenas apresentou proposta o concorrente: "A. Costa Mota – Atividades Hoteleiras, Lda.".

Conforme consta do aludido relatório, os documentos apresentados pelo concorrente, no âmbito da respetiva proposta, permitem a avaliação do mérito da proposta, de acordo com o critério de adjudicação estabelecido no ponto 7 do Programa do Procedimento, tendo-lhe sido atribuída a pontuação global de 75%, nos seguintes termos:

- a) Características do equipamento (contentor) e do mobiliário de Praia Urbana a instalar, tendo em conta o enquadramento urbano e paisagístico do local – 20%;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

44



- a).1 – Integração paisagística e urbanística do equipamento - 10%;
- a).2 – Adequação das características do equipamento ao serviço e conceito de bar de praia – 10 %;
- b) Serviços a prestar - 35%;
- b).1 Serviço de Bar – 20%;
- b).2 Atividades complementares – 15%;
- c) Preço mensal de ocupação – 10%;
- d) Valor da adjudicação – 10%.

A competência para determinar a adjudicação do procedimento em causa é da câmara municipal.

No entanto, atendendo aos seguintes considerandos:

Considerando que a proposta do concorrente respeita os requisitos estabelecidos no âmbito do procedimento em causa;

Considerando que apenas foi apresentada uma única proposta, pelo que não há lugar à audiência prévia dos interessados;

Considerando que a inauguração da Praia Urbana se encontra agendada para o próximo dia 14 de julho corrente;

Considerando que se pretende que a população do concelho de Santo Tirso ainda possa usufruir daquele espaço urbano nesta época estival;

Considerando que a próxima reunião de câmara se encontra agendada para o próximo dia 13 de julho corrente;

Considerando que se pretende que o Bar entre em funcionamento aquando da abertura da Praia Urbana para lhe servir de apoio;

Considerando que não é possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, antes daquela data, de modo à tomada, atempada, de decisão de adjudicação, além dos custos inerentes à realização de uma reunião extraordinária;

Determino, ao abrigo do disposto no nº 3 do artigo 35º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e com fundamento no Relatório de Análise das Propostas, cujo teor se dá por inteiramente reproduzido para os devidos efeitos legais, a adjudicação do direito de ocupação do espaço em causa, propriedade do município de Santo Tirso, para instalação de um equipamento destinado ao serviço de Bar de apoio à Praia Urbana de Santo Tirso à



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

45



sociedade comercial por quotas "A. Costa Mota – Atividades Hoteleiras, Lda.", pessoa coletiva nº 503 824 488, com sede na Rua Alberto Pimentel, nº 6, freguesia da União de freguesias de Santo Tirso, Couto (S. Cristina e S. Miguel) e Burgães, concelho de Santo Tirso, mediante o pagamento do preço mensal de ocupação de 250,00€ (duzentos e cinquenta euros), a pagar até ao dia 10 de cada mês a que disser respeito, acrescido do valor da adjudicação no montante de 500,00€ (quinhentos euros), e demais condições constantes da proposta e caderno de encargos, que aqui também se têm por inteiramente reproduzidos para os devidos efeitos legais.

Notifique-se o concorrente para proceder ao pagamento do valor da adjudicação no prazo máximo de dois dias a contar da notificação do teor do presente despacho, sob pena da anulação da adjudicação.

Remeta-se o presente despacho a reunião de câmara para ratificação.

Santo Tirso, 03 de julho de 2017

O Presidente

Dr. Joaquim Couto



10. AQUISIÇÃO PELA VIA DO DIREITO PRIVADO DE PARCELAS DE TERRENO DESTINADAS À EXECUÇÃO DA OBRA DENOMINADA “REQUALIFICAÇÃO DE UM TROÇO DA RUA MANUEL DE SOUSA OLIVEIRA E TRAVESSA MANUEL DE SOUSA OLIVEIRA – VILA NOVA DO CAMPO” (PARCELAS 1, 5 E 6).-----

Presente informação da Divisão Jurídica, de seis do corrente mês de julho, registada com o número seis mil seiscientos e noventa e três, a comunicar o resultado das negociações efetuadas com as proprietárias das parcelas de terreno identificadas na respetiva planta cadastral com os números 1A e 1B, cinco e seis, necessárias à execução da obra acima identificada.-----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que o artigo 11º do Código das Expropriações impõe que, antes de requerer a declaração de utilidade pública, deve diligenciar-se no sentido de adquirir os bens pela via do direito privado;-----

Considerando que o município está a negociar a aquisição das parcelas de terreno necessárias à execução daquela obra com todos os proprietários dos prédios abrangidos, com obediência aos princípios consagrados no referido Código;-----

Considerando que é aceitável o preço proposto pelas proprietárias das parcelas de terreno, a seguir descritas;-----

Considerando que apesar de algumas das condições proposta pelas proprietárias serem menos razoáveis, as despesas que o município teria com um processo de expropriação seriam consideravelmente superiores às despesas inerentes com a execução dos trabalhos correspondentes a essas condições;-----

Considerando a demais fundamentação constante da aludida informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais;-----

Proponho que a câmara municipal delibere adquirir pela via direito privado as seguintes parcelas de terreno:-----



A

↗

Parcela um

Parcela de terreno com a área total de 32,36 m² (trinta e dois vírgula trinta e seis metros quadrados), sita na Rua Manuel de Sousa Oliveira, freguesia de Vila Nova do Campo, deste concelho, que é o somatório das parcelas delimitadas nas plantas anexas com os números 1A e 1B, propriedade de Olívia Cândida Monteiro da Costa Amorim, solteira, maior, representada pela sobrinha Dra. Anabela Amorim, advogada.-----

As condições de aquisição são as seguintes:-----

a) Pagamento da quantia de 1.405,07 € (mil quatrocentos e cinco euros e sete cêntimos), no ato da celebração do contrato particular de compra e venda;-----

b) Execução, no decurso da obra, dos trabalhos que se mostrem necessários à reposição das benfeitorias existentes, designadamente:-----

b).1 Reconstrução do muro de vedação em condições similares às existentes, em alvenaria de granito, com aproveitamento dos materiais, na área de intervenção da obra;-----

b).2) Reposição dos contadores existentes da INDAQUA/EDP;-----

b).3) Colocação de uma rede plastificada com um metro de altura, na área de intervenção da obra;-----

c) Colocação da rede plastificada até ao final do muro, cuja despesa estimada é de 900,00 € (novecentos euros).-----

Parcela 5

Parcela de terreno com a área de 10,45 m² (dez vírgula quarenta e cinco metros), sita na mesma Rua e freguesia, propriedade de Maria Albertina Monteiro da Costa Amorim, representada pela filha Dra. Anabela Amorim, advogada.-----

As condições de aquisição são as seguintes:-----

a) Pagamento da quantia de 453,42 € (quatrocentos e cinquenta e três euros e quarenta e dois cêntimos), no ato da celebração do contrato particular de compra e venda;-----



b) Execução, no decurso da obra, dos trabalhos que se mostrem necessários à reposição das benfeitorias existentes, designadamente:-----

b.1) Reconstrução do muro de vedação, em condições similares às atualmente existentes (granito e gradeamento), com aproveitamento de todos os materiais, na área de intervenção da obra;

b.2) Reposição dos contadores existentes da INDAQUA/EDP;-----

b.3) Reposição dos portões de acesso viário e pedonal, no mesmo local, com aproveitamento de todos os materiais, incluindo todos os trabalhos necessários para adaptação ao nivelamento da plataforma da via, nomeadamente construção da soleira;-----

c) Execução de duas caixas para futura ligação predial à rede pública de abastecimento de água e drenagem de águas residuais e eletricidade, em local a acordar com a proprietária, e execução dos negativos nos muros para futura implantação de nichos dos contadores;-----

d) Execução do ramal de ligação predial de abastecimento de água e drenagem de águas residuais desde o Armazém, localizado nas traseiras do edifício, até à respetiva caixa da rede pública.

A extensão dos dois ramais a executar implica uma despesa estimada para o município de 550,00 € (quinhentos e cinquenta euros).-----

Parcela 6

Parcela de terreno com a área de 12,10 m² (doze vírgula dez metros quadrados), sita na mesma Rua e freguesia, também propriedade de Maria Albertina Monteiro da Costa Amorim.-----

As condições de aquisição são as seguintes:-----

a) Pagamento da quantia de 96,80 € (noventa e seis euros e oitenta centimos), no ato da celebração de contrato particular de compra e venda;-----

b) Execução, no decurso da obra, dos trabalhos que se mostrem necessários à reposição das benfeitorias existentes:-----

b.1) Reconstrução do muro de suporte em alvenaria de pedra à face, com aproveitamento da existente, e betão ciclópico no enchimento;-----



A

9

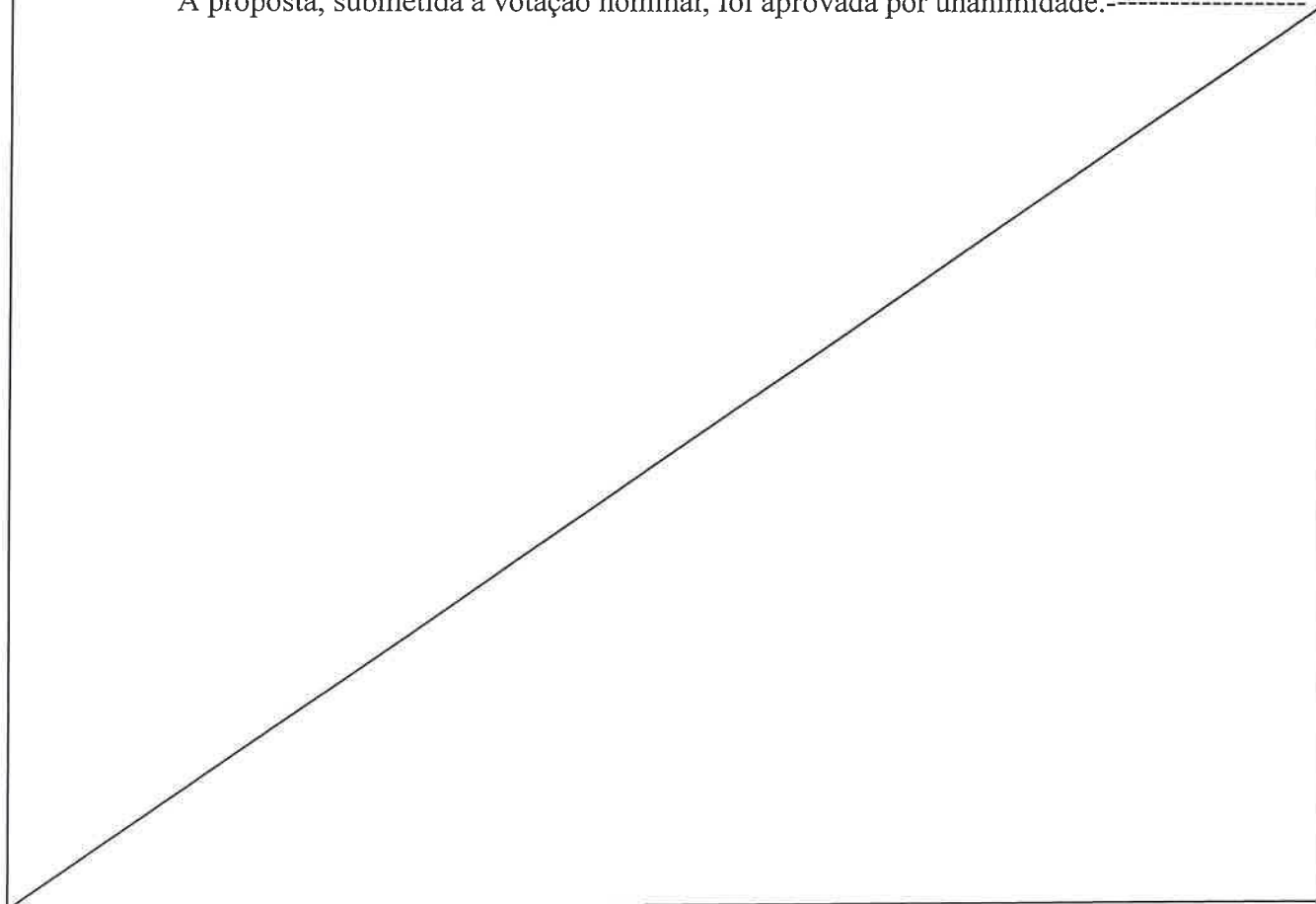
c) Colocação de rede plastificada sobre o muro a reconstruir, na área de intervenção da obra.-----

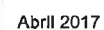
As referidas parcelas de terreno estão delimitadas nas plantas cadastrais que se anexam à presente ata e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes quatro folhas.-----

A despesa com a aquisição das identificadas parcelas de terreno será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 070101, na qual tem suficiente dotação, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2164/2017.-----

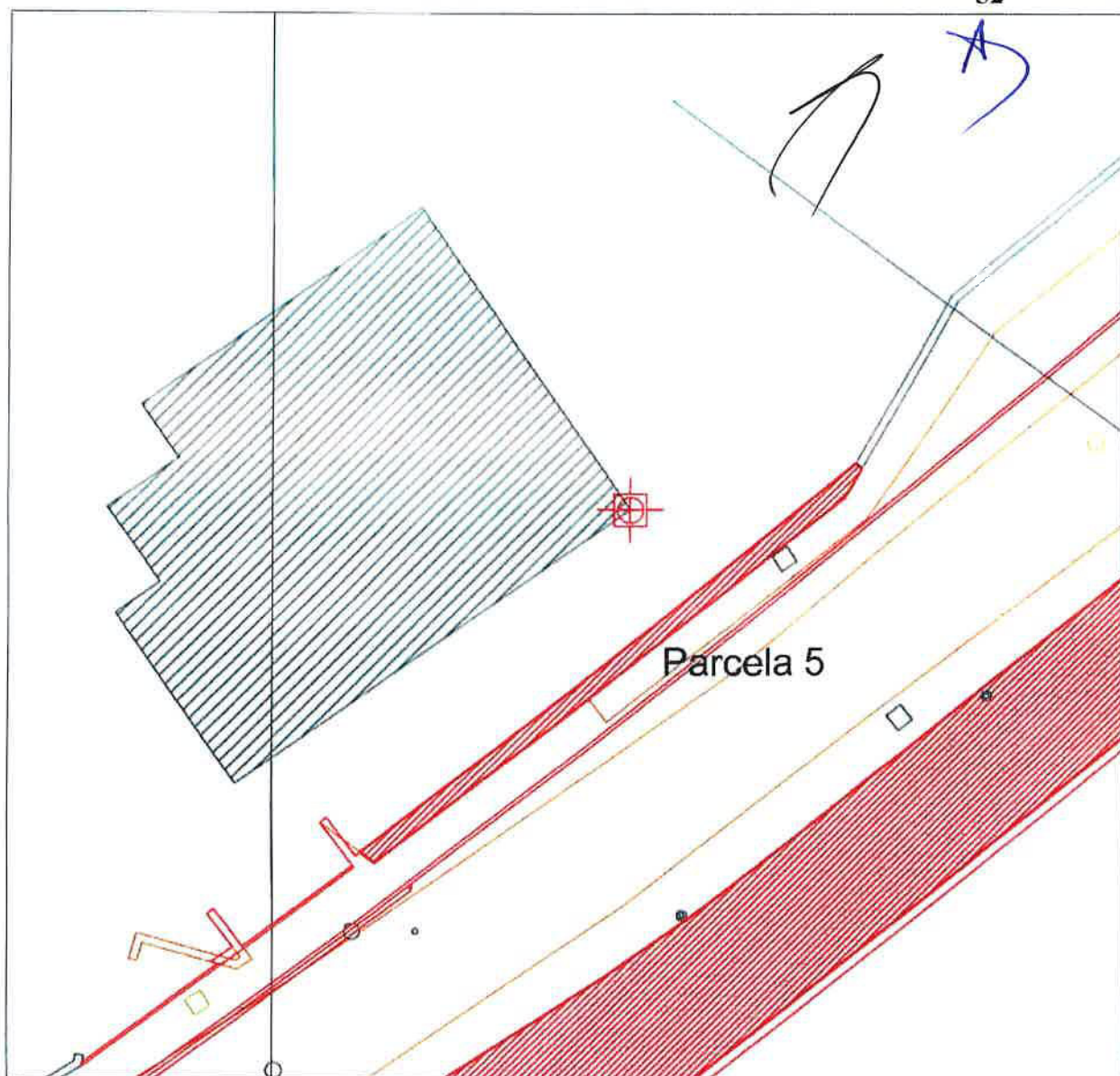
Os compromissos inerentes à presente deliberação estão registados no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com os números 2837/2017 e 2838/2017, de doze do corrente mês de julho.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----










 Parcela 5 - área: 10,45 m²

Proprietário: Maria Albertina Monteiro da Costa Amorim

Confrontações

Norte: o próprio
Sul: Rua Manuel de Sousa Oliveira
Nascente: Rua Manuel de Sousa Oliveira
Poente: o próprio

 Coordenada Retangular
Origem Datum 73
(valores expressos em metros)
X = -18911.2200
Y = 188271.8700



Departamento de Planeamento Urbanismo e Ambiente

Divisão de Ambiente e Planeamento

Planta de cadastro



M.006DAP

Requalificação de um troço da Rua Manuel de Sousa Oliveira e Travessa Manuel de Sousa Oliveira - Vila Nova do Campo

Autor
Miguel Mendes

Rubrica do autor

Colaboradores

Coordenador
Lúcia Rodrigues

Escala: 1:200



Referência

SGD

Registo

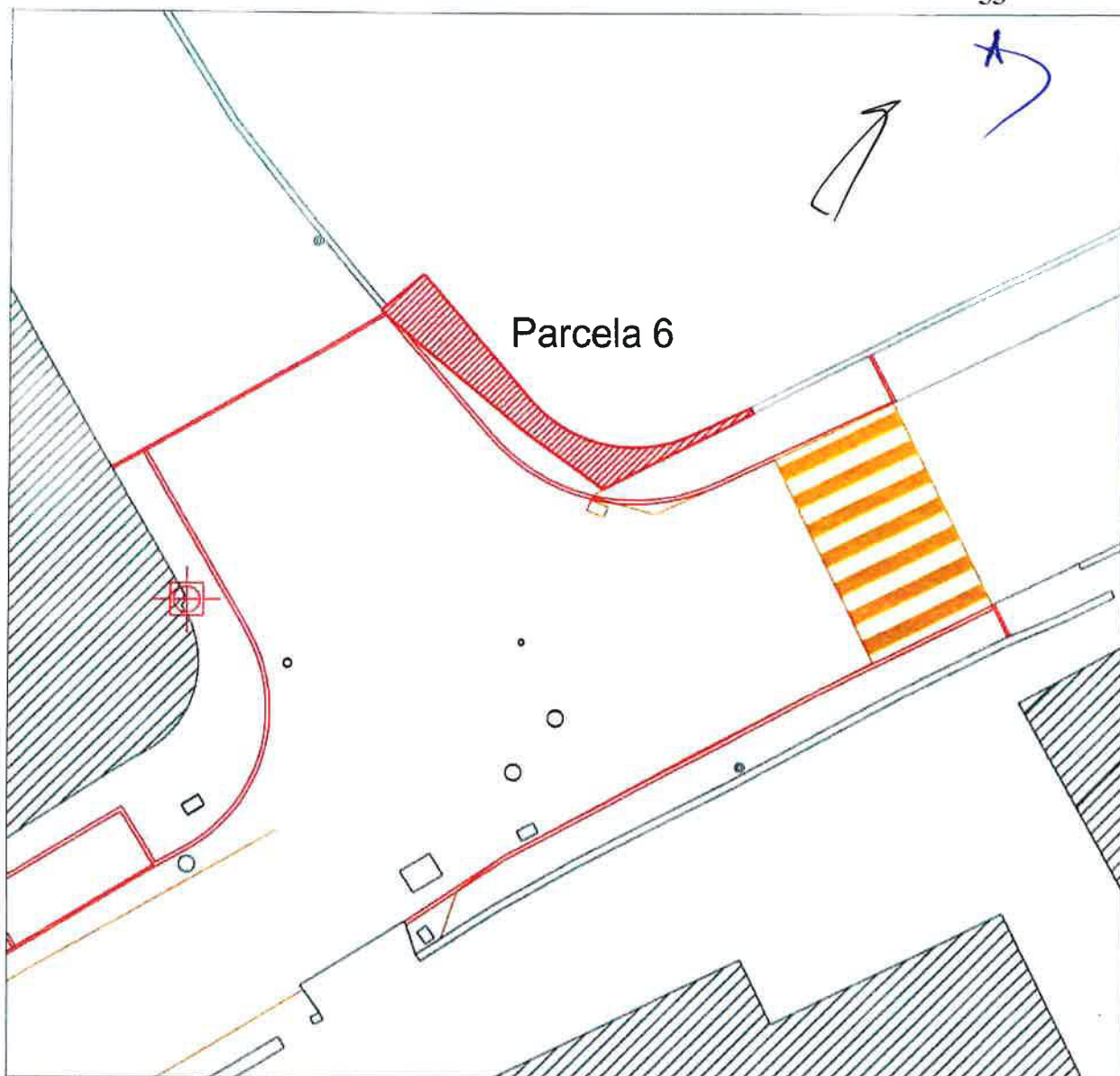
Substitui


Substituído

Data

Folha

Abril 2017



 Parcela 6 - área: 12,10 m²

Proprietário: Maria Albertina Monteiro da Costa Amorim

Confrontações

Norte: o próprio
Sul: Rua Manuel de Sousa Oliveira
Nascente: o próprio
Poente: caminho servidão



Coordenada Retangular
Origem Datum 73
(valores expressos em metros)
X = -18816.2860
Y = 188348.6290



Departamento de Planeamento Urbanismo e Ambiente
Divisão de Ambiente e Planeamento

Planta de cadastro

SISTEMA CERTIFICADO



M.006DAP

Requalificação de um troço da Rua Manuel de Sousa Oliveira e Travessa Manuel de Sousa Oliveira - Vila Nova do Campo

Autor
Miguel Mendes

Rubrica do autor

Colaboradores

Coordenador
Lúcia Rodrigues

Escala: 1:200



Referência

SGD

Registo

Substituí

Substituído

Data

Folha

Abril 2017



11. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO, TENDO POR OBJETO A CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES COM VISTA AO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO-PILOTO MUNICIPAL PARA ACOMPANHAMENTO NA REINserÇÃO DE EX-RECLUSOS E MEDIDAS DE INCLUSÃO NA COMUNIDADE.-----

Presente informação da Divisão de Ação Social, de seis do corrente mês de julho, registada com o número seis mil setecentos e quarenta e quatro, a comunicar que na sequência do Protocolo celebrado com o Ministério da Justiça no dia vinte e dois de março último, cuja minuta foi aprovada por deliberação desta câmara municipal de nove do mesmo mês de março (item três da respetiva ata), que tem por objetivo primordial a estruturação de uma parceria, para apoio dos ex-reclusos residentes no concelho de Santo Tirso no seu processo de transição do meio prisional para o contexto de meio livre, foram desenvolvidas negociações entre o município e o Instituto de Gestão Financeira, e de Equipamentos da Justiça, I.P., com vista à afetação ao projeto-piloto objeto do aludido Protocolo, do prédio urbano sito no gaveto das Ruas Infante D. Henrique e Gonçalves Zarco, da cidade de Santo Tirso, inscrito na matriz predial urbana respetiva sob os artigos 6577 (seis mil quinhentos e setenta e sete) e 6579 (seis quinhentos e setenta e nove), descrito no Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o número 3154/Santo Tirso, mediante a cedência precária daquele prédio ao município de Santo Tirso, enquanto vigorar o aludido Protocolo de Colaboração celebrado com o Ministério da Justiça, e nas condições constantes da minuta de Protocolo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo XII da mesma, composto por nove folhas, que fica rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião.

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar a minuta de Protocolo anexa, a celebrar com o Instituto de Gestão Financeira e de Equipamentos da Justiça I.P.

A proposta foi aprovada por unanimidade.



12. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO E A FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE SANTA EULÁLIA DA PALMEIRA – BENEFICIAÇÃO DE UM ESPAÇO ADJACENTE AO ADRO DA IGREJA.-----

Presente informação de doze de junho último, da Divisão de Contratação Pública, registada com o número cinco mil quinhentos e noventa e três, a informar que na sequência da obra municipal denominada “Pavimentação do adro da igreja da Palmeira e área circundante”, a Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Eulália da Palmeira, veio solicitar uma intervenção no espaço adjacente ao adro, que embora pertencente à Fábrica da Igreja é de uso público, utilizado para estacionamento e espaço de arraial e diversão.-----

Anexa minuta de Protocolo a celebrar entre o município e a Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Eulália da Palmeira, que tem por objeto estabelecer as relações entre as partes com vista à execução de obras de beneficiação no espaço delimitado na planta anexa ao aludido Protocolo, cuja estimativa orçamental é de 27.264,70 € (vinte e sete mil duzentos e sessenta e quatro euros e setenta cêntimos), mais IVA.-----

A despesa assumida pelo município será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 07010401, na qual tem suficiente dotação, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 1460/2017, de 19 de maio último.-----

O senhor presidente propôs, com a fundamentação constante da aludida informação, que aqui se tem por inteiramente transcrita, e considerando que o prédio onde se vai intervir é utilizado pelo público em geral para estacionamento, que a câmara municipal deliberasse celebrar o referido Protocolo, nas condições constantes da minuta que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo XIII da mesma, composto por cinco folhas, que fica rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



13. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO E A ASSOCIAÇÃO CASA DA GAIA – CENTRO DE CULTURA, DESPORTO E RECREIO DE ARGONCILHE, NO ÂMBITO DA REALIZAÇÃO DO “FESTIVAL DANÇAS DO MUNDO”

Presente informação de seis do corrente mês de julho, do Serviço de Programação Cultural, registada com o número seis mil setecentos e vinte, a propor a celebração de um Protocolo de colaboração entre o município e a associação denominada CASA DA GAIA – Centro de Cultura, Desporto e Recreio de Argoncilhe, que tem por objeto estabelecer as condições de cooperação entre as partes para a realização do “Festival Danças do Mundo”, que terá lugar no próximo dia vinte e três de julho, na Praça 25 de Abril, na cidade e concelho de Santo Tirso.-----

O município atribuirá uma comparticipação financeira à identificada associação, no montante de 6.000,00 € (seis mil euros), a satisfazer pela rubrica orçamental com a classificação económica 02022009, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2154/2017.-----

O compromisso assumido pelo município está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2828/2017, de sete do corrente mês de julho.-----

O senhor presidente propôs, com a fundamentação constante da aludida informação, que aqui se tem por inteiramente transcrita, e face aos considerandos constantes da minuta de Protocolo em causa, que a câmara municipal deliberasse celebrar um Protocolo de Cooperação com a identificada associação, nas condições constantes da minuta que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo XIV da mesma, composto por cinco folhas, que fica rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



14. PROPOSTA DE PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2017/2018 E PROPOSTA DE CONTINUAÇÃO DA COMPARTICIPAÇÃO TOTAL DO TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DO ENSINO SECUNDÁRIO E DOS ALUNOS EM REGIME DE ENSINO ARTICULADO.-----

Presente informação da divisão de educação, de trinta de junho findo, registada com o número seis mil quatrocentos e sessenta e dois, a remeter a proposta do Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2017/2018 e que contempla os alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino identificados naquela informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando as políticas de reforço de ação social escolar que têm vindo a ser desenvolvidas pela câmara municipal;-----

Considerando as deliberações desta câmara municipal de dezoito de junho de dois e mil e quinze (item onze da respetiva ata), que decidiu aprovar o alargamento do âmbito da comparticipação dos transportes escolares a todos os alunos enquadrados na escolaridade obrigatória e dezassete de novembro de dois mil e dezasseis (item onze da respetiva ata), que decidiu atribuir o transporte escolar aos alunos matriculados no ensino articulado.-----

Proponho:-----

A) Que a câmara municipal, com a fundamentação constante da aludida deliberação de junho de dois mil e quinze, deliberasse manter a sua decisão de comparticipação total do transporte escolar dos alunos do ensino secundário para o ano letivo 2017/2018;-----

B) Que a câmara municipal, com a fundamentação constante da aludida deliberação de dezassete de novembro de dois mil e dezasseis, deliberasse manter a comparticipação do transporte dos alunos matriculados em regime de ensino articulado, que carecem de se deslocar do estabelecimento de ensino que frequentam para o Centro de Cultura Musical das Caldas da Saúde – Areias;-----



C) Que a câmara municipal, deliberasse aprovar o Plano de Transportes Escolares do concelho para o ano letivo 2017/2018, com vista a dar cumprimento às disposições legais do Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro, o qual integra já os circuitos necessários à execução das propostas referidas nas alíneas anteriores.-----

A previsão da despesa total dos transportes escolares é de 1.013.553,10 € (um milhão e treze mil quinhentos e cinquenta e três euros e dez cêntimos).-----

Os encargos a suportar pelo município com os transportes escolares serão satisfeitos pela rubrica orçamental com a classificação económica 020210, na qual ficou cativa a importância de 304.065,93 € (trezentos e quatro mil e sessenta e cinco euros e noventa e três cêntimos) relativamente ao período de setembro a dezembro do ano em curso, conforme proposta de cabimento n.º 2098/2017, de seis do corrente mês de julho.-----

Os transportes escolares do concelho implicam compromissos plurianuais, nos anos de dois mil e dezassete e dois mil e dezoito, sendo que a autorização da assembleia municipal para a assunção de compromissos plurianuais com as empresas prestadoras do respetivo serviço cabe no âmbito do artigo 31º das Normas de Execução Orçamental, que integram as Grandes Opções do Plano e Orçamento aprovado pelo referido órgão deliberativo, conforme deliberação de vinte e nove de novembro último, em virtude do Plano de Transportes Escolares constar do Plano de Atividades Municipal para dois mil e dezassete (projeto/ação 2/2014/4).-----

Da presente deliberação será dado conhecimento na próxima sessão ordinária da assembleia municipal.-----

A câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as propostas apresentadas pelo presidente da câmara.-----

O Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2017/2018 fica anexo à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo XV da mesma, composto por vinte e uma folhas.-----



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

**15. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA COLÓNIAS DE FÉRIAS
2017: 2ª FASE.**-----

Presente informação da Divisão de Educação, de trinta de junho findo, registada com o número seis mil quatrocentos e sessenta e um, a sugerir a atribuição de subsídio para colónias de férias, em aditamento aos subsídios já deliberados em reunião da câmara municipal de vinte e nove de junho findo (item catorze da respetiva ata).-----

Pelo senhor presidente da câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que no verão várias instituições do concelho promovem colónias de férias, proporcionando desse modo uma vivência saudável a milhares de crianças;-----

Considerando que as atividades desenvolvidas durante o período em que decorrem as colónias de férias encerram conteúdos de elevado alcance pedagógico em vários domínios, com especial incidência para os de natureza sócio - afetiva e psicomotora, contribuindo assim para o crescimento harmonioso das crianças; -----

Considerando as atribuições do município em matéria de educação e tempos livres (alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I da lei 75/2013, de 12 de setembro) e a competência da câmara municipal prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do mesmo diploma legal, proponho que a câmara municipal delibere atribuir o seguinte subsídio:-----

- Associação de Pais da Escola da Presa n.º 2 - Vilarinho-----150,00 €
(cento e cinquenta euros).-----

A despesa com a atribuição do referido subsídio será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701 na qual tem suficiente dotação, conforme proposta de cabimento n.º 2095/2017.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2765/2017, de cinco do corrente de julho.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



16. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE REBORDÕES PARA A REALIZAÇÃO DA OBRA DENOMINADA “REPAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DA RUA DO PADRÃO – 3ª FASE”.

Presente informação da Divisão de Projetos e Empreitadas, de sete de junho findo, registada com o número cinco mil trezentos e cinquenta e um, a comunicar quais os trabalhos que se mostram necessários realizar na obra denominada “Repavimentação e drenagem da Rua do Padrão – 3ª fase”, cuja estimativa orçamental, de acordo com orçamento apresentado pela junta de freguesia de Rebordões, é de 61.448,73 € (sessenta e um mil quatrocentos e quarenta e oito euros e setenta e três cêntimos), com IVA incluído.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 117º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os órgãos dos municípios podem delegar competências nos órgãos das freguesias;-----

Considerando que as juntas de freguesia, pela sua maior proximidade à população local, têm melhor capacidade para a gestão de equipamentos locais;-----

Considerando que a referida junta de freguesia reúne as condições necessárias para executar aqueles trabalhos.-----

Considerando que compete à câmara municipal, nos termos do disposto nas alíneas l) e m) do artigo 16º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, preparar com a referida junta de freguesia o contrato de delegação de competências para a realização de obras da competência do município;-----

A referida obra consta no PPI de dois mil e dezassete (projeto/ação 009/2016/I/51), no entanto, com uma despesa prevista inferior à da comparticipação a atribuir à freguesia de Rebordões;

Face ao exposto, proponho que a câmara municipal delibere solicitar autorização à assembleia municipal para delegar na freguesia de Rebordões a competência para a execução da referida obra, nos termos da minuta de contrato de delegação de competências que se anexa à

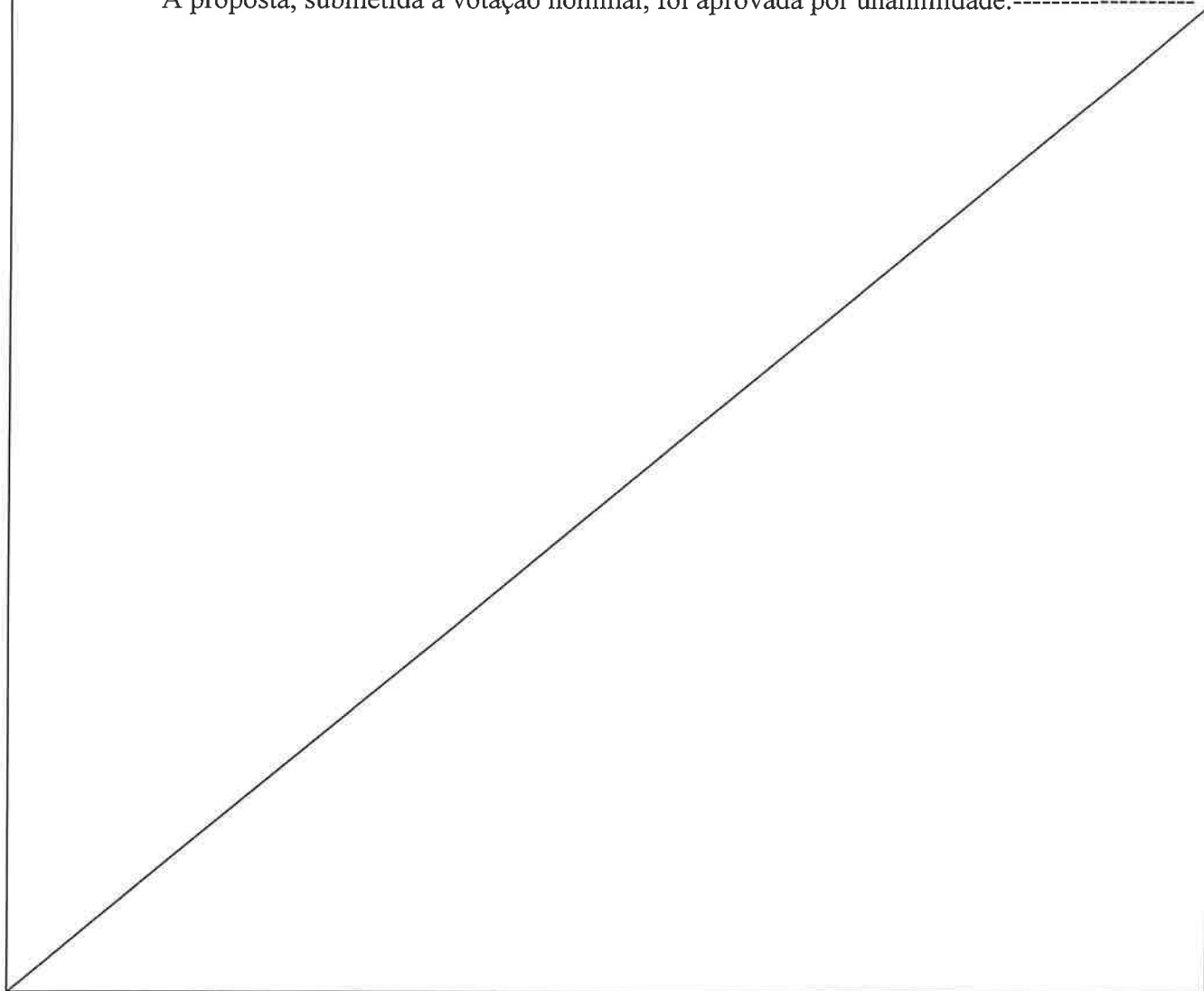


presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo XVI da mesma, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, na qual tem suficiente dotação, conforme proposta de cabimento orçamental, n.º 2106/2017, de seis do corrente mês de julho.-----

O compromisso inerente está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2841/2017, de doze do corrente mês de julho.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----





A

7

17. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À JUNTA DE FREGUESIA DE ÁGUA LONGA PARA OBRAS DE BENEFICIAÇÃO DA RUA DA ROSINHA.-----

Presente ofício de doze de junho findo, da junta de freguesia de Água Longa, registado com o número catorze mil setecentos e vinte e sete, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as obras de beneficiação da Rua da Rosinha, cuja estimativa orçamental é de 11.930,00 € (onze mil novecentos e trinta euros) mais IVA.-----

A Divisão de Projetos e Empreitadas informa, em vinte e três de junho findo, quais os trabalhos a realizar.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, face à urgência na execução da obra em causa, que prevê a reconstrução de um muro de suporte em situação de ruína eminente, deliberasse atribuir à freguesia de Água Longa um subsídio no montante de 12.645,80 € (doze mil seiscentos e quarenta e cinco euros e oitenta centimos, a pagar à medida da execução dos trabalhos.--

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2166/2017.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o número 2839/2017, de doze do corrente mês de julho.-----

Mais propôs, face à competência da assembleia municipal prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a presente deliberação fosse submetida à próxima sessão ordinária daquele órgão deliberativo, para ratificação.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

18. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO GRUPO DE CONCERTINAS DE MONTE CÓRDOVA E AMIGOS.-----

Presente ofício do Grupo de Concertinas de Monte Córdova e Amigos, datado de trinta de maio último, registado com o número treze mil quinhentos e oito, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a execução do seu plano de atividades para dois mil e dezassete.-----

O expediente vem informado favoravelmente pela Divisão de Património e Museus, conforme informação de seis de junho findo, registada com o número cinco mil duzentos e setenta e cinco.-----

Pelo senhor presidente da câmara foi dito:-----

Considerando que a referida associação se encontra legalmente constituída;-----

Considerando que a mesma desenvolve atividades de natureza recreativa e cultural com interesse para o concelho, designadamente no domínio da valorização das tradições locais;-----

Considerando as competências da câmara municipal previstas nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir à identificada associação um subsídio no montante de 300,00 € (trezentos euros).-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica n.º 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 1970/2017.-----

O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2694/2017, de vinte e três de junho findo.-----

A proposta foi submetida a votação nominal, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

19. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O NÚCLEO DE XADREZ DE SANTO TIRSO

Presente ofício de um de abril último, do Núcleo de Xadrez de Santo Tirso, registado com o número nove mil novecentos e quarenta e nove, a remeter programa de desenvolvimento desportivo a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano em curso e a solicitar o apoio do município para a sua prossecução, mediante a celebração de um contrato-programa de desenvolvimento desportivo.--

O assunto vem informado pela divisão de desporto, conforme informação registada com o número cinco mil seiscentos e um, de doze de junho findo, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.---

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando que o Núcleo de Xadrez de Santo Tirso tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta, no dia vinte e seis de junho findo, cuja informação assim obtida é válida por quatro meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, no dia trinta de junho findo, válida por três meses;-----

Considerando a competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 700,00 € (setecentos euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo XVII da mesma, composto por nove folhas, rubricado pelo presidente e por quem secretariou esta reunião.-----

O montante da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 1981/2017.-----

O compromisso inerente à celebração do referido contrato-programa está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2701/2017, de vinte e seis de junho findo.-----

Após discussão, procedeu-se à votação nominal da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade.-----



20. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A ASSOCIAÇÃO CAMPENSE DE KARATÉ

Presente ofício de um de janeiro último, da Associação Campense de Karaté, registado com o número dez mil duzentos e trinta e cinco, a remeter programa de desenvolvimento desportivo a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano em curso e a solicitar o apoio do município para a sua prossecução, mediante a celebração de um contrato-programa de desenvolvimento desportivo.--

O assunto vem informado pela divisão de desporto, conforme informação registada com o número cinco mil e seiscentos, de doze de junho findo, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando que a Associação Campense de Karaté tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta, no dia vinte e quatro de abril último, válida por quatro meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, no dia cinco do corrente mês de julho, válida por três meses;-----

Considerando a competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 400,00 € (quatrocentos euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo XVIII da mesma, composto por sete folhas, rubricado pelo presidente e por quem secretariou esta reunião.-----

O montante da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 1980/2017.-----

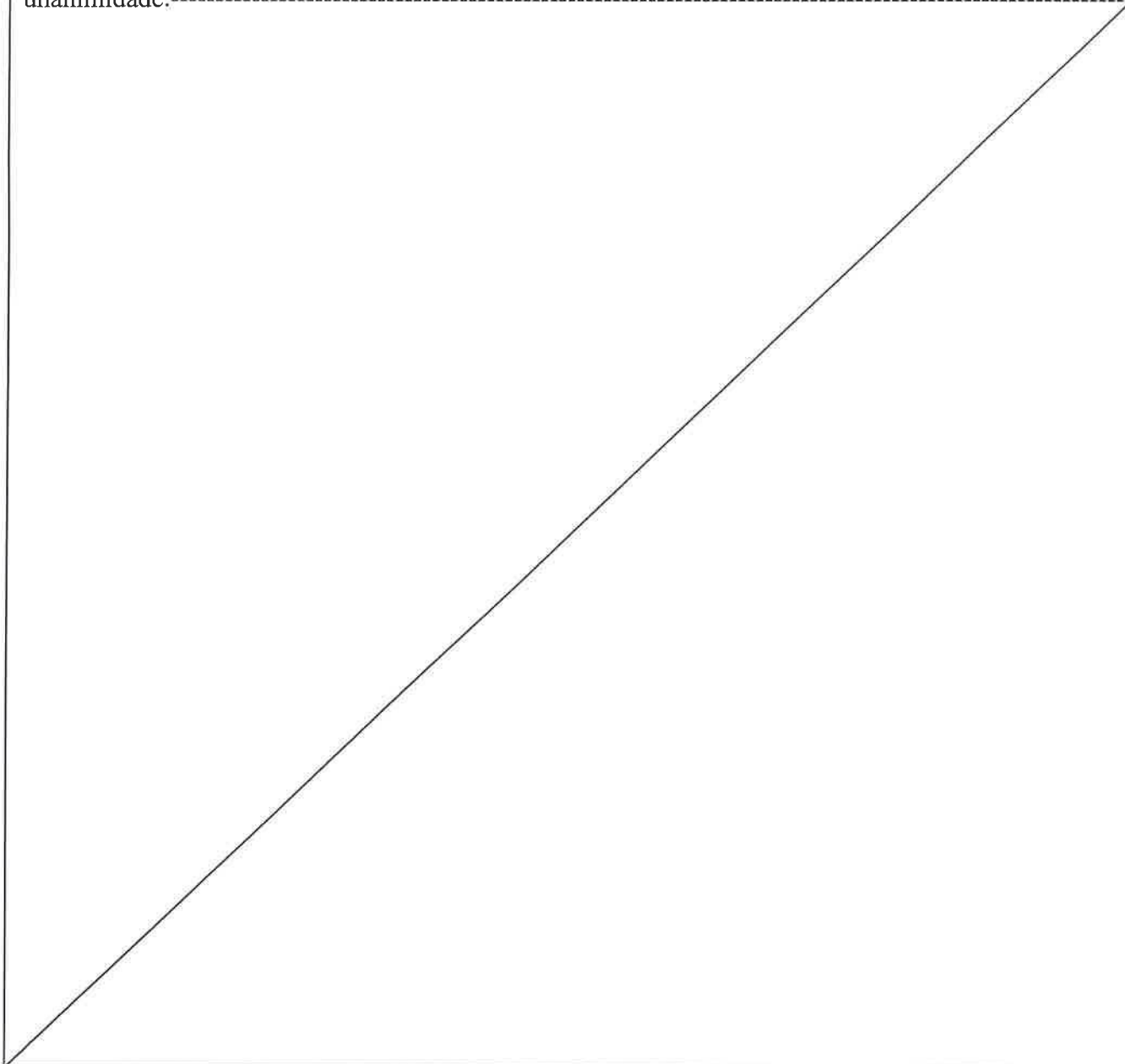


[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

O compromisso inerente à celebração do referido contrato-programa está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2699/2017, de vinte e seis de junho findo.-----

Após discussão, procedeu-se à votação nominal da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade.-----





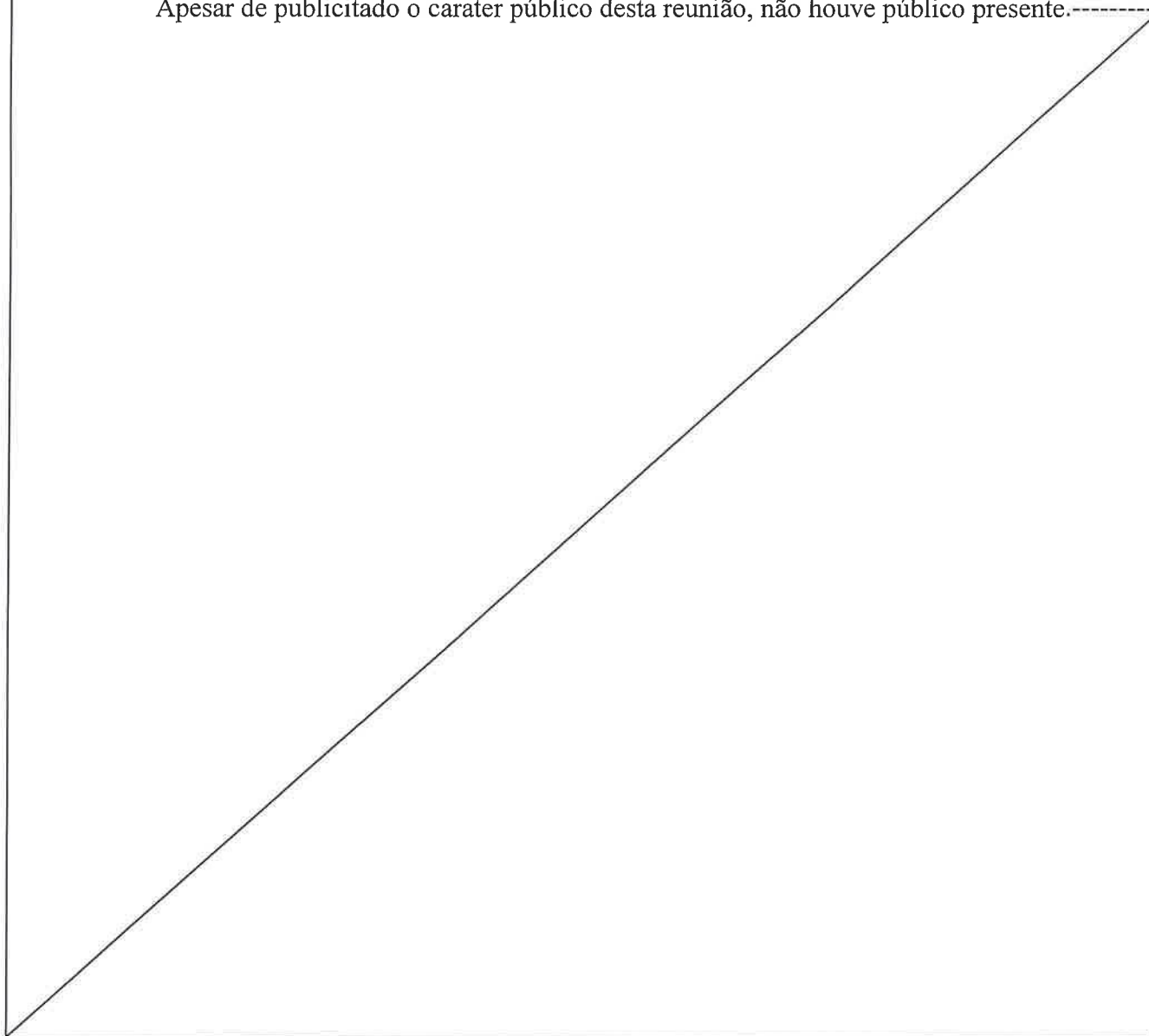
A

7

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

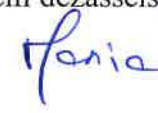
A presente reunião foi de caráter público, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 79º e n.º 7 do artigo 89º, ambos do Decreto-lei 80/2015, de 14 de maio, em virtude de constar da respetiva ordem do dia contrato para planeamento e início de procedimento para elaboração de Plano de Pormenor (item três).-----

Apesar de publicitado o caráter público desta reunião, não houve público presente.-----



ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada eram: Quinze horas e cinquenta e cinco minutos.-----

E para constar se lavrou a presente minuta da ata que tem sessenta e nove folhas, apenas utilizadas no anverso, e dezoito documentos anexos, sendo o anexo I respeitante à alínea a) do período de antes da ordem do dia; os anexos II a VII, relativos ao item três; o anexo VIII, relativo ao item quatro; o anexo IX, relativo ao item seis; o anexo X, relativo ao item sete; o anexo XI, relativo ao item oito; o anexo XII, relativo ao item onze; o anexo XIII, relativo ao item doze; o anexo XIV, relativo ao item treze; o anexo XV, relativo ao item catorze; o anexo XVI, relativo ao item dezasseis; o anexo XVII, relativo ao item dezanove e o anexo XVIII, relativo ao item vinte, que eu 


funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 27/07/2017 conforme consta do item um da respetiva ata (folhas nove da respetiva minuta).-----

A Secretária,

